

Brigadeiro Paraquedista Armindo Martins Videira, primeiro comandante das Tropas Paraquedistas Portuguesas

Tenente-coronel
Miguel Silva Machado



Armindo Martins Videira (19 de Setembro de 1922 – 9 de Agosto de 1992) foi o primeiro militar português a especializar-se em paraquedismo, em França no ano de 1951. Assim se iniciou, no terreno, o processo de criação deste tipo de forças em Portugal que iria decorrer nos anos seguintes. Em 1955, passados por agora 70 anos, sendo capitão, assumiu o comando da primeira unidade desta especialidade em Portugal, o Batalhão de Caçadores Paraquedistas (BCP). Neste artigo vamos abordar os aspectos mais marcantes da multifacetada carreira militar de Martins Videira, quer nas unidades paraquedistas quer em várias outras colocações, incluir breves notas familiares e dar conta das homenagens de que foi alvo na sua cidade de Chaves, em Julho e Setembro de 2025.

Nasceu a 19 de Setembro de 1922, no Bairro de Santo Amaro, freguesia e concelho de Chaves, então uma vila, filho de Gualdino Augusto Videira, oficial do Exército que se viria a reformar no posto de Coronel, e de D. Alice dos Anjos Martins. Teve como irmãos Arnaldo Martins Videira, que viria a ser médico no Distrito de Vila Real; Horácio Martins Videira, funcionário dos Caminhos de Ferro de Moçambique, regressando depois a Chaves; Antónia Isabel Martins Videira, sempre residente em Chaves; e Flávio Martins Videira, oficial do Exército, da Arma de Infantaria com o Curso de Comandos, duas comissões no Ultramar, passou à reserva antes de 1974, depois foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Chaves, em 1974-1976.

Armindo Martins Videira casou com D. Alda Pereira de Lemos Videira e tiveram dois filhos, João Luís Lemos Videira (74 anos) e Maria Cristina Lemos Videira (72 anos).

Estudou no Liceu Nacional de Chaves e rumou ao Porto, onde frequentou o Liceu Alexandre Herculano e depois a Faculdade de Ciências (ano 1939/40).

Em Abril de 1940, com 17 anos, ofereceu-se como voluntário para o Exército, já com

curso de preparatórios para Escolas Militares feito na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Ainda menor de idade, o seu pai, então coronel, Chefe do Distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 14, em Viseu, teve de autorizar por escrito esta sua pretensão. Nesta mesma ocasião, o jovem Armindo declarou, por escrito, como então era obrigatório na candidatura: «...por sua honra, que estava integrado na ordem social estabelecida pela Constituição política de 1933 com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas...»

Na primeira parte da sua carreira (1940-1956), no Exército, foi incorporado em 12 de Agosto de 1940, no Regimento de Infantaria n.º 8 em Braga, como Soldado Cadete, servindo também no Batalhão de Caçadores n.º 3 em Bragança. Cumpriu o 1.º Ciclo do Curso de Oficiais Milicianos (de Agosto a Outubro de 1940), ficou aprovado com 15 valores. O Director de Curso, Major Joaquim Eduardo da Silva, assinou duas informações a respeito de Martins Videira:

Uma, que atestava ter completado o 1.º Ciclo do COM destinado à Escola do Exército, referia «...possui em alto grau o sentimento de devoção à Pátria e vocação para o serviço militar. 12OUT1940»; e outra avaliação mais detalhada, «...Inteligente, correcto, disciplinado e trabalhador. Nas provas que prestou, mostrou estar a par da matéria que lhe foi ensinada. Julgo que será um bom oficial miliciano. 18OUT1940»



Figura 1 - Cadete na Escola do Exército em 1940.

Foto Academia Militar

Ingressou depois na Escola do Exército (hoje, Academia Militar) em 19 de Novembro de 1940, como Soldado Aluno. Terminou a fase escolar da Arma de Infantaria em 14 de Agosto de 1942 (com 13,2 valores). Foi promovido a Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 15 de Agosto de 1942. Apresentou-se na Escola Prática de Infantaria (EPI) em Mafra para o Tirocínio 1942/43 e é por esta altura que preenche documento com as suas unidades de preferência:

- Batalhão de Metralhadoras n.º 3 (Porto);

- Regimento de Infantaria n.º 6 (Porto);
- Regimento de Infantaria n.º 8 (Braga).

Conclui a formação na EPI com o seguinte juízo ampliativo:

«Bom aproveitamento nas provas técnicas de classificação. Boas qualidades de instrutor. Razoáveis qualidades militares. Boas qualidades físicas. 12MAR1943»

É promovido a Alferes de Infantaria com antiguidade de 1 de Novembro de 1943, aos 21 anos de idade e vai iniciar a sua carreira no quadro permanente no Regimento de Infantaria n.º 8 (Braga), onde, aliás, a tinha iniciado. Logo em Fevereiro de 1944, ainda com a II Guerra Mundial em curso na Europa e no Pacífico, é transferido para Aveiro, Regimento de Infantaria n.º 10, onde integrou o 1.º Batalhão Expedicionário/RI 10, com destino a Moçambique. Entre 29 /02/1944 e 06/09/1946, Videira cumpre como oficial subalterno uma primeira comissão de serviço na África portuguesa.

Como Alferes de Infantaria, ministrou instrução no Batalhão de Infantaria n.º 10, em Boane e, logo em Abril de 1944, tem um acidente em serviço, o primeiro de vários ao longo da sua carreira, como atestam os seus documentos de matrícula! Neste caso foi uma fractura do escafoide da mão direita.

Uma nota curiosa desses anos, depois de ter sido assistido pelo médico do batalhão, este enviou-o ao Hospital Central Miguel Bombarda de Lourenço Marques, onde foi radiografado e se confirmou a fractura. Dias mais tarde, o Hospital oficiou o batalhão no sentido de «...mandar descontar ao alferes “Edmundo” (erro!) Martins Videira, a quantia de setenta escudos, proveniente de uma radiografia da mão direita...»

Em Maio de 1945, o jovem Alferes prestou Juramento de Fidelidade e assinou o respectivo compromisso escrito «Eu, Armindo Martins Videira, que por Portaria de 1 de março de 1943 (O.E. n.º 4, 2.ª Série), fui promovido a Alferes para o Regimento de Infantaria n.º 8, juro servir a minha Pátria e lutar pela sua independência e pela integridade dos seus territórios; respeitar a Constituição e as leis do meu País; observar rigorosamente a disciplina militar; obedecer aos meus Chefes; ser fiel aos princípios de honra do Exército Português e cumprir zelosamente as funções que me forem confiadas, mesmo com o sacrifício da própria vida. Quartel em Lourenço Marques, 3 de Maio de 1945, Armindo Martins Videira, Alferes.»



Figura 2 - Alferes em Moçambique, Videira de camisola branca, depois de ter partido o escafoide.

Foto arquivo pessoal do Coronel Cavalaria José António Banazol

Em 28 de Agosto de 1945, a dias de fazer 23 anos de idade, o Alferes Martins Videira recebe o primeiro louvor da sua carreira, pelo seu Comandante de Batalhão:

«Louvo o senhor Alferes Armindo Martins Videira porque nomeado para colaborar numa lição de “ginástica com arma” e ministrá-la no Batalhão, o fez duma forma inteligente, cuidadosa e entusiástica, demonstrando mais uma vez as suas qualidades de bom Oficial, óptimo instrutor, confirmando-se os bons resultados do seu trabalho quando da visita de S. Ex^a o Ministro das Colónias a este Batalhão, no que contribuiu eficazmente para manter o elevado prestígio da unidade a que pertence. Quartel em Boane, 28 de Agosto de 1945».

Em Dezembro, volta a ser louvado pelo comandante de Batalhão:

«...pela máxima lealdade e óptima colaboração prestada em todos os serviços, no que sempre revelou a máxima competência, exemplar dedicação e zelo pelo serviço, contribuindo pelo seu desembaraço e acção constante junto dos subordinados, para o seu bom estado de disciplina e para o elevado espírito de corpo que cultivava exemplarmente, sendo um valioso auxiliar do Comando e merecedor de estima e confiança dos seus superiores, camaradas e inferiores. Boane, 17 de Dezembro de 1945».

Além de ministrar instrução, era também Director das Escolas Regimentais. Em Junho de 1946, adoece com paludismo e nova baixa ao Hospital, para depois ficar doente no seu “boleto”¹ até recuperar totalmente durante cerca de um mês.

Em Junho 1946, é requisitado para prestar uma Comissão de Serviço no Ministério das

Colónias, em Moçambique, por mais 4 anos. Inicialmente colocado na Inspeção de Infantaria no Distrito do Niassa, foi promovido a Tenente, em Dezembro de 1946.

Cumpriu várias tarefas, desde ministrar recrutas a ser oficial de tiro e director da carreira de tiro de Inhambane, tendo ainda, sucessivamente, assumido o comando da 8.^a Companhia Indígena de Caçadores; da 1.^a Companhia Indígena de Engenhos; e da 5.^a Companhia Indígena do Batalhão Indígena de Caçadores n.º 1.

Em 25 de Agosto de 1947, é louvado pelo Inspector de Infantaria da Província do Niassa:

«...porque na Inspeção de Infantaria da Província do Niassa desempenhou sempre as funções de adjunto do comandante da Formação com eficiência, zelo e dedicação pelo serviço, demonstrando ser um oficial cumpridor, compenetrado dos seus deveres militares e um bom auxiliar do comando...».

Em 17 de Junho de 1948, é louvado pelo comandante da 8.^a Companhia Indígena de Caçadores:

«...por ter desempenhado sempre com acerto, zelo e proficiência, os vários serviços de que foi incumbido, e ainda pela sua lealdade e correcção, pelo que o considero credor da minha consideração e um óptimo auxiliar do comando...».

Durante todo este período integrado nas unidades coloniais, até Agosto de 1949 quando regressou à Metrópole, desempenhou também várias funções administrativas, nas unidades de colocação.

Encerrou-se assim um período de quase 6 anos em Moçambique, desconhecendo naturalmente Martins Videira que em menos de duas décadas depois ali voltaria, em circunstâncias bem diferentes, em plena Guerra do Ultramar.

De regresso é colocado no Batalhão de Metralhadoras n.º 2 na Figueira da Foz, vai depois frequentar o Curso de Comandantes de Companhia e, em 20 de Dezembro de 1949, foi promovido a Capitão. Em 10 de Março de 1950, foi colocado no Batalhão de Caçadores n.º 10 (BC 10) em Chaves a sua terra natal.

Nesta unidade comanda companhias, desempenha sobretudo funções ligadas à instrução e operacionais – exercícios – mas também algumas pontuais de carácter administrativo. Ainda em 1950, é louvado pelo Comandante do BC 10:

«...porque como Comandante de Companhia de Especialidades, mostrou ser um oficial trabalhador e inteligente, conduzindo sempre a sua companhia dentro da maior ordem e disciplina e procurando activamente conseguir, como conseguiu, o maior aproveitamento em todas as especialidades a seu cargo...».

Em 24 de Novembro de 1950, é autorizado a frequentar, sem prejuízo para o serviço, o Curso de Altos Estudos Coloniais para o que se havia oferecido. Tratava-se de uma formação destinada aos altos quadros da administração colonial, mas tanto quanto

conseguimos apurar Videira acabou por não iniciar, ou, se o fez, nada consta nos seus documentos de matrícula. O certo é que o trabalho no BC 10 não faltava e a actividade era constante. Em 1951, é novamente louvado pelo Comandante do Batalhão:

«...porque como Comandante de Companhia de Especialidades, orientou com critério e competência, toda a instrução das diferentes especialidades, mostrando assim ser um oficial muito trabalhador, inteligente e disciplinador...».

Paraquedista militar português n.º 1

Em 1951, Martins Videira, 29 anos de idade, capitão, iria tomar uma decisão que mudaria a sua vida por completo e o faria entrar na história militar de Portugal: ofereceu-se para frequentar, em Pau, na École des troupes aéroportées (ETAP - Escola de Tropas Aerotransportadas) do Exército Francês, o Curso de Paraquedismo Militar. Seguiu juntamente com outro capitão de infantaria português, Mário Monteiro Robalo, mais moderno². Ainda hoje não é claro porque foram escolhidos, coincidência ou não, ambos tinham a licença de pilotos de aviões de turismo. Terminaram o curso em 3 de Outubro de 1951, obtendo Armindo Videira o Brevet Militaire de Parachutisme n.º 57.855. Tratava-se do curso de paraquedismo militar que habilitava a realizar saltos de abertura automática. Tornou-se assim, depois, o português com o distintivo de qualificação de paraquedista militar, vulgo “brevet”, n.º 1! Em 1952, na mesma escola em França, frequenta o curso de instrutores e monitores de paraquedismo³, mas não o conclui por acidente. Num dos saltos de treino, em 12 de Novembro de 1952, faz uma lesão grave no tornozelo e regressa a Portugal. Só em Junho do ano seguinte, presente a Junta Médica, é de novo dado apto para a prática de paraquedismo. Anos depois, em 1958, frequentaria curso idêntico que se ministrava em Tancos no Batalhão de Caçadores Paraquedistas. Na época, era este curso que também habilitava os alunos para efectuar saltos de abertura comandada, também conhecidos por “queda-livre” ou “abertura manual”.

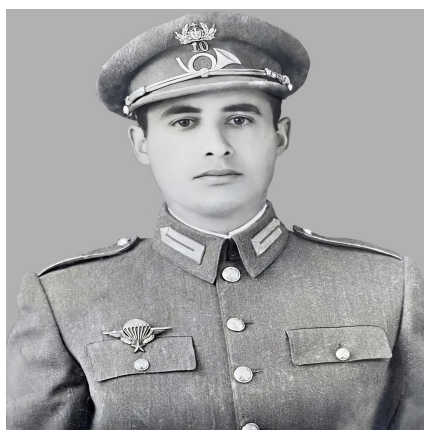


Figura 3 - O capitão Videira, de Caçadores 10, em 1951, depois de regressar de França, ostenta no uniforme o “brevet militaire de parachutisme”.

Foto Arquivo Geral do Exército

Em 1955, seguiu para Espanha (Alcantarilla), nomeado por despacho do Ministro da Defesa Nacional, Fernando dos Santos Costa, para comandar os cerca de 200 militares portugueses que se iam especializar em paraquedismo militar na Escuela Militar de Paracaidismo, da Força Aérea. Sendo ele próprio já paraquedista, não fez o curso mas acompanhou a instrução e saltou com os seus homens, conquistando também o distintivo de qualificação de paraquedista do Ejercito del Aire espanhol, o n.º 2.616, em Julho de 1955.

Recordava em 1990 o Brigadeiro Armindo Martins Videira na entrevista que concedeu ao autor e a António Sucena do Carmo e foi depois publicada na revista Boina Verde⁴: «a minha posição em Espanha, assim como a do capitão Robalo, era a de observadores. Andava fardado com uniforme espanhol, bem assim como com os galões deles, assistia à instrução, saltei com o nosso pessoal, mas fundamentalmente cuidava do enquadramento, da disciplina e de problemas burocráticos. E isto já não era nada pouco. Os nossos militares não eram propriamente uns “meninos de coro” e o esquema de instrução dos espanhóis, pode-se dizer que em certa medida facilitava um certo “à vontade”. Algumas vezes foi necessário “apertar” um bocado com a tropa (...) tirando casos pontuais, o curso correu bem e os espanhóis receberam-nos, em todos os aspectos, de um modo excelente.»

Na realidade, durante o curso, vários alunos foram eliminados e mandados regressar a Portugal e houve inclusive punições. Dos 232 seleccionados, 192 terminaram o curso com aproveitamento, ou seja, 40 (oficiais, sargentos e praças) foram excluídos. Aos que conseguiram ser paraquedistas, juntaram-se os 8 que já tinham sido anteriormente “brevetados” em França e Espanha. Foi a 29 de Julho de 1955, em Alcantarilla, que todos estes 200 militares portugueses receberam pela primeira vez a boina verde, símbolo maior das tropas paraquedistas portuguesas. Foram transportadas via aérea desde Portugal para a cerimónia de fim de curso – juntamente com os “brevets” – por ordem expressa do ministro, o que mostra bem a importância desde logo lhes foi conferida.

Estes militares vieram a constituir a primeira unidade paraquedista portuguesa, o Batalhão de Caçadores Paraquedistas (BCP), “apresentado à Nação” em Lisboa, a 14 de Agosto de 1955, Dia da Infantaria. Foi decisão do Ministro da Defesa Nacional e então Interino do Exército, Fernando dos Santos Costa, que decorresse no âmbito de uma enorme parada militar, cerca de 10.000 militares, muitas viaturas tácticas, motociclos, blindados de rodas, carros de combate e artilharia de vários tipos. Foi o Presidente da República, General Craveiro Lopes, quem fez a entrega do Guião do BCP ao Capitão Armindo Martins Videira, momentos antes do início do desfile das Forças em Parada, em cerimónia própria com grande cobertura noticiosa.

Lendo a imprensa destas datas, foi amplamente divulgado ao país que o “Batalhão de Paraquedistas” era a nova unidade do Exército Português, da Arma de Infantaria. Na realidade, os militares voluntários para os paraquedistas eram maioritariamente do Exército, havia alguns da Força Aérea e um da Marinha. Foram concentrados no Campo

de Tiro da Serra da Carregueira, unidade do Exército e todos os aspectos administrativos corriam por este ramo. Poucos à data sabiam, mas o ministro da defesa ainda não se tinha decidido em definitivo sobre qual o ramo em que ficariam inseridos e, na realidade, apesar da oposição do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Santos Costa acabou mesmo por determinar a inserção do “Batalhão de Caçadores Paraquedistas” na Força Aérea, embora com algumas dependências do Exército.



Figura 4 - Martins Videira, capitão, em Alcantarilla, equipado para saltar. Todo o fardamento e equipamento (paraquedas, capacete, botas e protecções) é espanhol.

Foto Arquivo Miguel Silva Machado & António Sucena do Carmo

Ainda em 1955, a 18 de Outubro, Videira liderou o primeiro salto em paraquedas em Portugal dos paraquedistas militares portugueses, em Tancos, para as pistas da Base Aérea n.º 3. Tal foi possível porque: uma primeira aquisição urgente de paraquedas T-10 de fabrico americano tinha sido feita; estava em Portugal um oficial paraquedista do Exército dos EUA, o Tenente George Haas, que ministrou uma formação expedita neste tipo de paraquedas desconhecido entre nós; e ainda porque a Força Aérea já tinha alguns aviões JU-52 preparados para lançamento de paraquedistas com um “kit de lançamento” adquirido à Força Aérea Espanhola.

Videira era um homem de acção, prático, rigoroso, mas humano e desde cedo o mostrou, sempre comandou pelo exemplo e aqui mais uma vez, assim o fez.

Em 23 de Novembro de 1955, são publicados em Diário do Governo os Decretos fundadores das Tropas Paraquedistas, os quais têm efeito a partir de 1 de Janeiro de 1956. O Decreto 40 394 determina “(...) Na dependência do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, em ligação com o Ministério do Exército, é desde já organizado, junto de uma das bases aéreas, um centro de formação e treino de caçadores paraquedistas (...)”; na mesma data, o Decreto 40 395 estabelece o extenso Regulamento para a Organização, Recrutamento e Serviço nas Tropas Paraquedistas, designa a nova unidade, “Batalhão de Caçadores Paraquedistas”, cria a boina verde e o distintivo de qualificação paraquedista e toda uma série de aspectos que regulam as tropas paraquedistas, vários artigos apenas

foram revogados em 1994! Trata-se de legislação muito detalhada, a qual, embora tenha sofrido alterações ao longo dos anos, constituiu – juntamente com o Decreto 42 073 de 31 de Dezembro de 1958, outra legislação estruturante, muito bem elaborada – a resposta para (quase) todas as perguntas sobre as Tropas Paraquedistas!

A segunda parte da sua carreira (1956-1964) decorreria assim na Força Aérea, tendo o quartel do Batalhão de Caçadores Paraquedistas (BCP) sido inaugurado em Tancos, a 23 de Maio de 1956, com o Capitão Videira a seu comandante.

Primeiro comandante das Tropas Paraquedistas

Embora noticiado no dia anterior que seria Santos Costa a inaugurar a unidade, na realidade, em 23 de Maio, não esteve presente – desconhece-se qual o motivo – mas sim o Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza Oliveira de Arriaga, e o do Exército, Almeida Fernandes, cabendo ao primeiro, substituir o ministro.

Do “Diário de Notícias de 24 de Maio de 1956, em seguimento de notícia de primeira página “UMA LARGADA DE PÁRA-QUEDISTAS nos campos do Arrepiado, durante a cerimónia inaugural do quartel da nova unidade da Aeronáutica”, transcreve-se:

«(...) Houve um almoço efectuado na unidade, onde regressaram (depois dos saltos no Arrepiado) todos os convidados, entre os quais se viam os srs. Generais Botelho Moniz, Pinto Ribeiro, Costa de Macedo, Frederico Vilar, Frederico Costa e Deslandes, os comandantes das bases de Sintra, Tancos, Ota e Montijo e os adidos aeronáuticos da América, Espanha, Inglaterra e Bélgica.

Na altura dos brindes, usou da palavra o sr. tenente-coronel Kaúlza de Arriaga. Disse que o sr. ministro da Defesa honrava as Forças Aéreas, ao confiar-lhes a preparação e administração da primeira unidade pára-quedista portuguesa. E acrescentou: «O Batalhão de Caçadores Pára-quedistas, embora de recente criação, é já considerado, por força da sua própria natureza e pela forma como se tem apresentado em público, uma unidade de escol, onde se cultivam, acima de tudo, a coragem e a disciplina, o arrojo e o apuro moral. São estas qualidades, que tão bem se enquadram nas Forças Aéreas e não resisto a distinguir os pilotos das esquadras de caça, que primam pela entusiástica observância das mais belas virtudes militares». Prosseguindo o sr. subsecretário da Aeronáutica, dirigindo-se ao comandante Videira, referiu-se à tarefa que lhe competia, de transformar os seus homens em combatentes altamente treinados, não só nos métodos normais de combate da Infantaria mas especialmente em todos os processos peculiares de luta no interior de áreas inimigas; de preparar, dentro dos mesmos moldes, novos oficiais, novos sargentos e novas praças, e ainda cuidar da administração de uma das unidades orçamentalmente mais bem dotadas das Forças Armadas Portuguesas. Para essa tarefa, repetiu o orador, o comandante do Batalhão podia contar com gente da melhor que há em Portugal, com o apoio decidido e firme dos comandos das Forças Aéreas e com o próprio subsecretário. Terminou por afirmar que a tropa pára-quedista se

nortearia pelos mesmos princípios são, de entusiasmo e carinho comuns às demais unidades daquelas Forças.

O discurso do comandante da unidade

Em resposta o senhor capitão Videira, comandante do batalhão, agradeceu a presença dos senhores subsecretários do Exército e da Aeronáutica na inauguração do quartel - inauguração que marca o fim da primeira fase da existência dos pára-quedistas portugueses «Foi o BCP constituído - recordou - há pouco mais de um ano por duas centenas de voluntários de todas as armas e serviços do Exército e da Aviação e, depois, confiado às Forças Aéreas. Para cá trouxemos um pouco de humildade, do espírito de sacrifício e de resistência da Infantaria, a audácia e agressividade da Cavalaria, a precisão e a força da Artilharia. Não nos sentimos deslocados, antes perfeitamente integrados no espírito da Aeronáutica onde a maior temeridade não exclui a prudência, a impulsividade não exclui a reflexão, onde a indecisão não tem lugar». Prosseguiu «Instruído em Espanha, aquartelado, depois, na Serra da Carregueira, amparado e acarinhado por todos, instalou-se o BCP depois em Tancos». E declarou adiante: «Não podemos alhear-nos do que vai pelo Mundo, não podemos perder de vista o património que nos cumpre defender. Sinto que nos esperam duras e difíceis missões, mas também as mais honrosas». Referindo-se depois às suas próprias responsabilidades afirmou que lhe compete ministrar aos pára-quedistas uma sólida preparação física e uma preparação moral ainda mais sólida - cimentadas ambas por uma férrea disciplina, mas uma disciplina consentida e, portanto, consciente. E conclui exprimindo a sua grande fé no entusiasmo e ardor dos seus homens e no apoio dos altos comandos das Forças Aéreas e do subsecretário da Aeronáutica. Uma grande fé em suma, em que a missão do BCP seja cumprida (...)"

No dia da Força Aérea - 1 de Julho de 1956 -, Martins Videira, ainda capitão, recebeu em Lisboa o Estandarte Nacional da nova unidade, das mãos do Presidente da República, General Craveiro Lopes, na presença do Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza Oliveira de Arriaga.



Figura 5 - Em 1 de Julho de 1956, Dia da Força Aérea, revista ao BCP pelo Presidente da República General Craveiro Lopes, acompanhado pelo Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Tenente-Coronel Kaulza de Arriaga e pelo Capitão Martins Videira, seu comandante.

Foto Arquivo Histórico da Força Aérea

Ainda em 1956, Martins Videira frequentou um estágio no Batalhão Para-Comando na Bélgica; a nova unidade portuguesa procurava informação que ajudasse a definir o modo como deveriam orientar a sua formação. Na realidade, para uns, tratava-se de uma unidade especial com missões especiais a cumprir, para outros, insistia-se que deveria ser uma unidade de infantaria que podia ser colocada no terreno por salto em paraquedas. Percebia-se que no BCP (e no Subsecretariado de Estado da Aeronáutica), o caminho a seguir teria de ser o de procurar um modelo semelhante aos de outras unidades congéneres na Europa, o que apontava claramente para um tipo de formação especial, armamento e equipamento, inexistente em Portugal.

Em 14 de Agosto de 1957, Martins Videira, depois de dois anos de muito e profícuo trabalho no levantamento desta capacidade em Portugal, foi louvado pelo Director do Serviço de Recrutamento e Inspeção da Força Aérea, de quem dependia hierarquicamente:

«(...) pela ponderação inteligência e fé nos destinos da sua nova arma, com que vem exercendo a sua acção, dando confiança total ao seu Chefe Hierárquico, de que o BCP será, quando dispuser dos meios indispensáveis, a unidade de elite das tropas combatentes nacionais e legítimo orgulho da Força Aérea (...)».

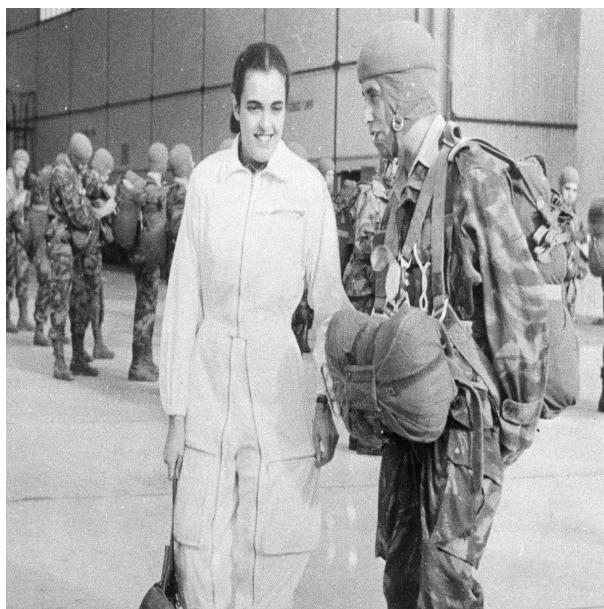


Figura 6 - Em Tancos na Base Aérea n.º 3, 1957 (?), Martins Videira, equipado para um salto de treino, troca impressões com Isabel Rilvas (1935-2025), a primeira paraquedista civil portuguesa.

Em Abril e Maio de 1958, estive na Argélia, juntamente com quadros do BCP, a acompanhar a 10.^a Divisão Paraquedista. Tinham estatuto de observadores e inteiraram-se do modo como os páras franceses conduziam as operações de contraguerrilha. Videira reforçava assim o conhecimento desta realidade que em vários aspectos se tornou um modelo para os paraquedistas portugueses neste período anterior à guerra do Ultramar. Seguiram mais tarde para o Reino Unido, França (e Argélia) outros paraquedistas portugueses para receber formação, que pudesse ser útil numa campanha anti-subversiva na África portuguesa.

Na Revista Defesa Nacional de Julho-Agosto de 1958, o então Major Paraquedista Armindo Martins Videira assina um interessante artigo: Tropas Pára-quedistas no Ultramar. Recorda a curta história do BCP e olha para o futuro à luz daquilo que se conhecia de outras guerras anti-subversivas e das experiências de outras forças paraquedistas, nomeadamente as francesas. Sobre o percurso já trilhado não ilude as dificuldades sentidas, detalha várias, quer em termos de infraestruturas quer de material e armamento, mas também mostra grande confiança no futuro e acima de tudo, na qualidade do seu pessoal.

«(...) Dos nossos tímidos primeiros passos pouco mais resta hoje que uma tênue recordação: os poucos paraquedas que havia (chegámos a ter só 28) eram dobrados nas mesas do refeitório. A Zona de Saltos do Arripiado estava alagada quase em permanência, não havia campos de desporto, no quartel de Tancos faltavam quase todas as pequenas coisas que dão à vida um pouco de conforto. Chuva, lama e ervas daninhas foram os companheiros inseparáveis dos nossos primeiros tempos... Mas enfim, por meados de Fevereiro de 1956 conseguimos realizar um salto na Quinta dos Álamos, Golegã, e pouco tempo depois, em 23 de Maio, na inauguração do quartel, em difíceis condições e muito próximo dos limites de segurança, pudemos demonstrar que esse punhado de primeiros voluntários possuía fibra, tinha coração! Os elogios que então recebemos – não somos tão modestos que os não apreciemos ... – muito nos encorajaram e encheram de orgulho. E de então para cá a nossa vida tem sido trabalhosa, dura, agreste, mas com boas perspectivas; alargaram-se os quadros, está em aquisição moderníssimo material, os voluntários afluem, temos merecido a confiança dos nossos Chefes, o Batalhão, coeso e disciplinado, será em breve uma unidade excepcionalmente potente. Temos trabalhado, há que o reconhecer. Mais trabalharemos ainda, com afinco, sem desfalecimentos, lutaremos contra a rotina, o comodismo, a passividade. Seremos talvez intransigentes, duros, mas leais. De nós, os primeiros pára-quedistas, nunca se dirá que não lutamos até ao limite das nossas forças para o engrandecimento do Batalhão, para maior prestígio e glória das Forças Armadas e de Portugal!».

Olha depois para a guerra que os militares franceses enfrentavam na Argélia, analisa alguns dos aspectos dessa guerrilha que os combate – e ao Ocidente, diz – e daí parte para uma avaliação do que nos poderia esperar em Angola e Moçambique – conhecia bem Moçambique, tinha lá estado 6 anos – e das características típicas das Tropas

Paraquedistas. Estávamos a três anos de distância do eclodir da guerra e como se percebe bem, alguns em Portugal, não duvidavam que ela chegaria, Videira era um deles, tentavam antecipar como seria.

«(...) não parece despropósito estar prevendo para eventualidade duma rebelião, nestes territórios, de carácter rático e nacionalista, como a argelina. Para essa circunstância têm as tropas pára-quedistas algumas características que lhes permitem dar elevado rendimento, nomeadamente agressividade e potência que se pode traduzir pela capacidade de intervir rapidamente e com violência no local desejado, visto serem poderosamente armadas e agirem com total independência das vias de comunicação, sempre insuficientes em África. Em caso de operações mais prolongadas, mantêm ainda elevadas possibilidades, em especial pelo seu apurado treinamento físico e facilidade de serem reabastecidas pelo ar, quer combatam isoladamente, quer em reforço ou apoio de outras unidades empenhadas, quer ainda simplesmente reabastecendo, com quase total independência das distâncias e das vias de comunicação, estas unidades. Finalmente na hipótese de terrorismo nos centros populacionais - à semelhança do «maquis» do «casbah» de Alger - o armamento apropriado de que são dotadas, aliado a uma sólida preparação moral são seguro penhor, uma vez mais, de elevado rendimento.

Julga-se no entanto que de toda a acção a esperar dos pára-quedistas no Ultramar, as operações militares representam o aspecto último do problema, digamos o curativo, e na verdade interessa-nos em África mais prevenir do que remediar. (...) Com uma selecção mais e mais apertada, especialmente sob o ponto de vista moral, com soldados dignamente remunerados, aprumados e garbosos nos seus distintos uniformes, com a facilidade de colocação no Ultramar aos que terminarem o seu serviço, facultando-lhes empregos ou terras, muito se contribuirá para uma ocupação que, sem dúvida mais lenta mas também mais segura que as operações militares, será garantia de continuidade.

Finalmente, a introdução no Ultramar português pelas tropas pára-quedistas, do pára-quedismo desportivo, actividade apaixonante tão à altura das preferências da mocidade ultramarina, muitas vezes irreverente - não fosse mocidade ... - mas fundamente nacionalista, activa, e com acentuado gosto pelas coisas o ar, muito contribuirá, mais uma vez se diz, para um mútuo apreço, respeito e estima e assim dar decisiva contribuição para a manutenção da independência de Portugal em África, que nós e só nós, os portugueses, temos de garantir, sem jamais dar lugar a que os conhecidos e ardentes paladinos das liberdades alheias aí apregoem e prometam, sabe-se bem com que interesse, uma independência que nada mais pode ser do que uma mudança de soberania.».



Figura 7 – Major Paraquedista em 1957/8, continuava a ostentar no seu uniforme, além do português, o “brevet” espanhol conquistado em 1955.

Foto Arquivo Miguel Silva Machado & António Sucena do Carmo

Em 1959, Videira participou com a sua tropa no grande exercício de projecção estratégica da Força Aérea, o “Himba”, que antecipou a instalação da Força Aérea na África portuguesa (Guiné, São Tomé e Angola). Os paraquedistas realizaram saltos em paraquedas (em Luanda, Nova Lisboa – actual Huambo – e Sá da Bandeira – actual Lubango). Em Luanda, Videira foi aliás o primeiro a saltar, seguido pelo primeiro capelão paraquedista, o Padre António Martins. Pouco depois, saltavam 80 boinas verdes, que encheram o céu de Luanda de calotes de paraquedas, com grande impacto na numerosa assistência.

O BCP em Tancos tentava preencher os seus efectivos orgânicos, melhorar as condições do aquartelamento e recepcionar novos equipamentos e armamento, agora com maior autonomia. As dependências do Ministério do Exército estabelecidas na legislação fundadora de 1955 tinham sido anuladas pelo Decreto-Lei 42073, de 31 de Dezembro de 1958:

Artigo 1.º As tropas pára-quedistas são essencialmente destinadas a, deslocando-se em aeronaves e lançando-se em pára-quedas, executar acções terrestres.

§ único. As tropas pára-quedistas podem também executar acções terrestres a partir de outras modalidades de desembarque aéreo e excepcionalmente como tropas autotransportadas e apeadas.

Artigo 2.º As tropas pára-quedistas dependem, sem prejuízo do estabelecido no parágrafo único, para todos os efeitos e através dos órgãos adequados de direcção e comando, do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, aplicando-se-lhes as disposições vigentes na Força Aérea.



Figura 8 – Luanda, 1959. Depois de terem saltado (exercício Himba), Videira e o capelão Martins, são entusiasticamente recebidos. A presença da Força Aérea e a demonstração do salto em massa teve um tremendo impacto moralizador para a população.

Foto Arquivo Histórico da Força Aérea

Armando Martins Videira, depois de 8 anos no posto de capitão, promovido a major em 21 de Junho de 1957, havia frequentado o Curso de Promoção a Oficial Superior 1956/7 e, dois anos depois, em 25 de Junho de 1959, foi promovido a tenente-coronel.

Apesar das dificuldades e carências da unidade – nomeadamente a nível de efectivos e materiais/armamento – havia evolução e o caminho estava traçado. O BCP tinha todo o apoio do Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza Oliveira de Arriaga, o qual muitas vezes “contra tudo e contra todos” na alta hierarquia militar portuguesa – os tempos tinham mudado, Fernando dos Santos Costa tinha deixado o governo em Agosto de 1958 – queria manter e aprofundar as características de tropas “de escol” dos boinas verdes.

Armando Martins Videira foi louvado pelo Subsecretário de Estado da Aeronáutica em 29 de Maio de 1959:

«(...) porque desde a constituição do Batalhão de Caçadores Paraquedistas evidenciou no seu comando elevadas qualidades de senso, inteligência, entusiasmo, coragem e decisão, a par de grande competência profissional e total dedicação pelo serviço. Assim, sob o seu comando, o Batalhão de Caçadores Paraquedistas foi rapidamente conduzido ao nível de unidade de escol, atingindo valor excepcional quer no que respeita à preparação moral,

física, técnica e tática do seu pessoal, quer no relativo à eficiência operacional das suas sub-unidades de combate. A actuação de elementos do Batalhão de Caçadores Paraquedistas em Angola e no desfile de ontem, para citar apenas as duas mais recentes apresentações públicas, é, só por si, plenamente demonstrativa do aprumo moral e físico e do valor profissional atingido pelos paraquedistas portugueses. Consequentemente louvo o major paraquedista Armindo Martins Videira pelas destacadas qualidades que evidenciou no comando do Batalhão de Caçadores Paraquedistas e pela obra realizada na formação de um instrumento de combate de pleno valor com o qual o País pode contar em qualquer circunstância (...)».

Sobre este período dou novamente a palavra a Martins Videira pela entrevista concedida em 1990⁵: «(...) Foi realmente uma época de instrução e divulgação, mas também de luta pela implantação legal e “de facto” dos vários aspectos da vida das Tropas Paraquedistas. Houve necessidade de regulamentar e fazer publicar no Diário do Governo de muita legislação. Foi necessário adaptar às nossas realidades, a legislação existente no Exército e na Força Aérea, bem como criar muita coisa de raiz. Também a questão da dependência do BCP foi revista e só em 1958 passamos, à face da lei, a depender para todos os efeitos da Subsecretaria de Estado da Aeronáutica. Aliás, grande parte do que foi conseguido, não só ao nível da legislação como noutros – obras, materiais, apoio moral – ficou a dever-se ao, na altura, tenente-coronel Kaúlza de Arriaga, Subsecretario de Estado da Aeronáutica. Quando lhe propunha algo, não só obtinha o seu apoio (usualmente), como também era incentivado no sentido de continuar a “puxar” pelos paraquedistas. Era sem dúvida um homem esclarecido e receptivo a inovações, embora um pouco vaidoso (no bom sentido) e, obviamente, interessava-lhe o sucesso dos seus “paras” (...) não julguem, no entanto, que era tudo facilidades. Tivemos também algumas contrariedades e limitações. Um exemplo prático, posso contar-vos o que se passou para conseguir uma enfermaria no batalhão. Sob o argumento que os paraquedistas não eram para estar doentes, o Ministério da Defesa não disponibilizava verba para a referida construção. Ora como calculam isto trazia-nos graves problemas tanto no aspecto médico como psicológico. Conclusão, fi-lo à revelia da hierarquia, desviando de outra obra em curso meios para a enfermaria. É óbvio que merecia ser punido por isso, mas não fui. Os resultados e o rendimento da instrução aumentaram claramente. Nisto teve também importância capital a devoção e trabalho do primeiro médico paraquedista, o Dr. Henrique Soudo, que como sabem frequentou juntamente com o Padre Martins o 2.º curso de paraquedismo (...)».

Em 1960, Videira voltou a França para estagiar em unidades paraquedistas. Comandou o BCP até 1961 e quando a unidade passou a Regimento de Caçadores Paraquedistas (RCP) manteve-se no comando até 1962, já com o posto de coronel, ao qual havia sido promovido em 13 de Junho de 1961.

A 16 de Março de 1961, 24 horas depois dos massacres cometidos pela UPA (União dos Povos de Angola) no Norte de Angola, os paraquedistas foram a primeira unidade militar a ser enviada da então Metrópole para a Província. Iriam em situação de grande urgência apoiar as populações atacadas e iniciar a recuperação das localidades ocupadas. Logo em Abril, Videira, homem de acção, de comandar pelo exemplo, segue também para Angola e

acompanha as operações dos seus boinas verdes no Norte da Província. É por esta altura, depois da célebre alocução do Presidente do Conselho de Ministros de 13 abril de 1961 – primeiro pela rádio e depois pela televisão⁶ – que Videira tem uma frase muito dele, do sentido realista das coisas e da vida: «(...) bem rapazes, já temos com que nos entreter para o resto das nossas vidas (...)». Quem isto recordou, quando na altura a generalidade dos militares e também dos paraquedistas imaginavam uma missão rápida, um “raid” e o regresso a casa, foi o Coronel Paraquedista Urbano Seixas, em correspondência particular anos mais tarde.

Mais uma vez, recorro às declarações de Martins Videira, em 1990⁷: «(...) o sentimento geral entre os paraquedistas, quer fossem praças quer fossem quadros, era de grande euforia. O desejo de aventura, de conhecer novas terras e gentes, de pôr em prática o aprendido na instrução, era enorme. Até porque o moral era elevado e a autoconfiança generalizada, fruto da época que vínhamos vivendo e das atenções e elogios que usualmente recebíamos. Muitos de nós conhecíamos África do “Himba” (Abril de 1959), do caso das greves de Bissau (Agosto de 1959), e também aqueles como eu, tinham cumprido comissões de serviço nas colónias, antes da vinda para os paraquedistas. Mas, diga-se também, em abono da verdade, ser convicção geral de que a nossa estadia em África não seria muito prolongada, o que não se verificou como sabemos. Quando embarcamos para Angola nos aviões dos Transportes Aéreos Militares, ia-mos determinados a acabar com os massacres, repor a legalidade nas fronteiras e regressar. Mas tudo isto refere-se ao aspecto moral, psicológico da questão. Na parte prática, nos aspectos técnico-táticos afirmo, com toda a certeza, que a guerra chegou um pouco cedo para nós. Ainda havia algum trabalho a fazer antes de entrar em combate. Também no campo dos armamentos e equipamentos nem tudo estava ainda bem. É claro, que fruto da urgência da intervenção que nos foi pedida, respondemos presente e avançamos, mas se a chamada tivesse vindo mais tarde, estou certo que alguns problemas iniciais que se verificaram, especialmente no emprego do nosso pessoal por parte dos escalões superiores, não se teriam verificado. Nos primeiros tempos em Angola os paraquedistas foram autênticos “bombeiros”, acudindo a tudo e a todos. Espalhados em pequeníssimos grupos, por localidades distanciadas entre si centenas de quilómetros, foram na maior parte dos casos, o garante da vida de populações inteiras. Eram missões muito arriscadas e só não houveram consequências mais graves para nós, porque os grupos terroristas estavam mal armados e, quando sentiam resistência, de um modo geral, debandavam deixando mortos e feridos no terreno. Foram tempos heróicos em que as Tropas Paraquedistas tiveram um comportamento brilhante e, em que (alguns) pagaram com a vida o seu desejo de aventura e de servir Portugal... nunca tive dúvidas que os paraquedistas combateriam com determinação e coragem, mas em determinada altura tive um sentimento de preocupação muito forte pela sua segurança. Logo a seguir ao embarque de 16 de Março de 1961, dia seguinte ao ataque generalizado no Norte de Angola, também eu segui para essa província. Ainda no avião chegaram-me informações da situação dos nossos paraquedistas, espalhados pelas localidades do Norte a tentar socorrer as populações, com notícias preocupantes que referiam muitos mortos de ambos os lados. Ao verificar o efectivo de que dispúnhamos, em muitos lados, cheguei a recear o pior, porque nessa altura não existiam efectivos do Exército a responder às agressões com excepção de algumas Companhias de Caçadores Especiais (julgo que 3). Ainda

cheguei a tempo de participar na chamada “libertação de Mucaba”, onde as Tropas Paraquedistas sofreram o seu primeiro morto em combate: o soldado paraquedista Joaquim Afonso Domingues. O Quim foi também o primeiro morto da Força Aérea (...)».

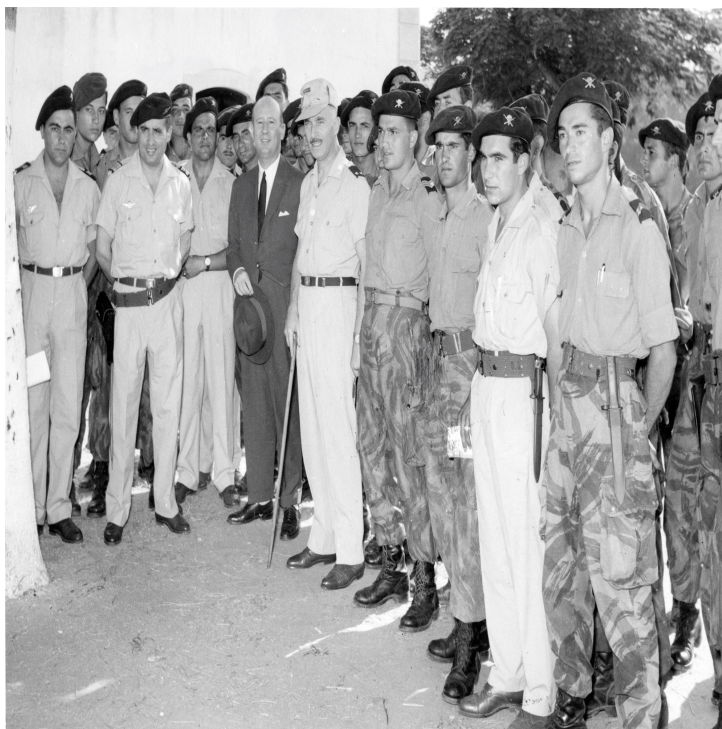


Figura 9 - No Batalhão de Caçadores n.º 21, Fortaleza em Luanda, em 1962, com o Secretário de Estado da Aeronáutica e militares da unidade. Videira é o 2.º da esquerda, à frente, com cinturão e pistola.

Foto Arquivo Histórico da Força Aérea

Em meados de 1962, quando Martins Videira deixa o comando do Regimento, tem lugar uma interferência exterior, típico aliás na vida das Tropas Paraquedistas, mesmo depois de 1958 e da sua maior autonomia, que neste caso acaba por ter grande influência, negativa, na sua carreira. Tratou-se de um diferendo sobre a organização das Tropas Paraquedistas entre o Secretário de Estado da Aeronáutica (SEA) e o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA). Em 16 de Julho de 1962, o SEA submete ao Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, uma proposta que visava, criar um posto de brigadeiro paraquedista. Não se propunha aumentar um brigadeiro aos dois coronéis existentes, mas um deles passar a ser brigadeiro. Esse brigadeiro passaria a ser “Inspector da Tropas Paraquedistas”⁸ que deveria ter funções de coordenação de tudo o que não fosse de natureza operacional (essa estava definida, eram tropas de intervenção colocadas ao serviço dos comandos operacionais da Força Aérea e dos Comandos Chefes em Angola e Moçambique, na Guiné ainda não havia Batalhões de Caçadores Paraquedistas - BCP).

Tratava-se, no fundo, de uma solução que iria dar mais autonomia às Tropas

Paraquedistas dentro da Força Aérea, o que acabou por acontecer passados 20 anos, embora num modelo diferente, com a criação do Corpo de Tropas Paraquedistas.

O CEMGFA, general do Exército Manuel Gomes de Araújo, produz uma informação negativa, em 18 de Julho de 1962, alegando que na Arma de Infantaria do Exército apenas havia 5 brigadeiros a quem competia “inspeccionar a instrução e a preparação para a guerra” de 16 regimentos. Havendo apenas 1 Regimento de Caçadores Paraquedistas na Metrópole e um Batalhão de Caçadores Paraquedistas em Angola e outro, incompleto, em Moçambique, não se justificava. Referia ainda o CEMGFA que lhe parecia suficiente dois coronéis para o volume de forças paraquedistas.

A 22 de Agosto, tendo Kaúlza de Arriaga recebido o parecer do CEMGFA que Salazar lhe havia enviado, volta à carga, detalhando os seus argumentos:

«Os Chefes da Força Aérea estão orientados para tudo o que é actividade aérea nas várias vertentes; não é possível assim preparar e manter a necessária prontidão operacional de forças terrestres nesse ramo, que são as Tropas Paraquedistas e Tropas para Defesa e Segurança de Bases Aéreas». E diz mais «As Tropas Paraquedistas, mal ou bem, estão hoje na Força Aérea e devem continuar a pertencer-lhe. De contrário arriscar-se-ia a sua destruição». Depois alega mesmo que o Exército não conseguiu defender os aeródromos (supõe-se em Angola) e que é necessário criar tropas da Força Aérea para essa finalidade e continua expondo os efectivos nessa data das Tropas Paraquedistas: RCP, 2.000; BCP21: 500; BCP31: 500 (cerca 3.000). Refere depois aquilo que designa por “Tropas de Segurança” (840 na Metrópole e 1.500 no Ultramar), num total geral de cerca de uns 5.000 militares, incluindo os paraquedistas.

Assim, mantém a justificação de um brigadeiro paraquedista para inspector destas tropas terrestres da Força Aérea, terminando dirigindo-se a Oliveira Salazar: «Vossa Excelência resolverá, na certeza de que a sua solução será a minha». A 30 de Agosto, Salazar despacha (o despacho é indecifrável), mas foi desfavorável, o cargo de Brigadeiro Inspector das Tropas Paraquedistas não foi criado. Estava naturalmente destinado a Armindo Martins Videira, agora colocado na Direcção do Serviço de Instrução e Recrutamento da Força Aérea. Havia deixado o Comando do RCP, em 10 de Fevereiro de 1962, o outro coronel paraquedista era Mário Robalo que lhe sucedeu no comando da unidade. Martins Videira teria de esperar nada menos que 13 anos para ser promovido!

Estas interferências tinham, por vezes, resultados bem nocivos para as Tropas Paraquedistas e mesmo para o país! Note-se que, já em 1959, o SEA, antecipando futuras necessidades de emprego no Ultramar, havia proposto ao Ministro da Defesa – agora o general do Exército Botelho Moniz – a transformação do BCP em RCP e a criação de “3 batalhões de combate, o n.º 11 estacionado na Metrópole, o 21 estacionado em Angola e o 31 estacionado em Moçambique”, e também um batalhão de instrução, novas orgânicas e materiais/armamento. Quer o ministro quer o CEMGFA, general do Exército, Beleza Ferraz, que também é chamado a pronunciar-se, discordam desta solução. Em síntese, acham-na dispendiosa e desnecessária, sugerindo antes que as unidades com capacidade de projecção deveriam estar na Metrópole e apenas serem projectadas em caso de

necessidade, regressando depois. O SEA ainda faz uma nova tentativa propondo novamente a criação de um Regimento, agora sem os batalhões ultramarinos, mas novamente o projecto é chumbado com o argumento dos recursos financeiros necessários. Estávamos em 1959. Foi então criada uma Comissão no Secretariado-Geral da Defesa Nacional para tentar dirimir as enormes divergências e reorganizar as Tropas Paraquedistas. O então Tenente-Coronel Martins Videira, comandante do BCP integrava a Comissão, juntamente com oficiais da Força Aérea e do Exército. Enquanto isto, em Tancos, por ordem directa da SEA tinha-se incrementado o recrutamento, tentando aumentar os efectivos que se previam vir a ser necessários. Foi então determinado um novo quadro orgânico transitório para o BCP que permitisse o aumento de efectivos. Várias alterações a esta nova organização foram sendo recusadas pelo EMGFA outras aceites, num processo demorado e complexo. Em 2 de Julho de 1960, é publicado em Diário do Governo o Decreto 43 042 que legaliza esse aumento de efectivos (de 417 para 674 paraquedistas). Em Janeiro de 1961, a dita Comissão termina os trabalhos e, em 4 de Fevereiro, é elaborada a informação que haveria de dar origem à organização (e efectivos) do futuro Regimento de Caçadores Paraquedistas. O documento ainda foi presente ao CEMGFA que o enviou aos ramos para se pronunciarem, em 23 de Fevereiro de 1961. Não se sabia nessa altura, mas dentro de 3 semanas Angola ia ser atacada e, 24 horas depois, os paraquedistas partiam de Lisboa para Luanda e logo para o Norte da Província, enfrentar os terroristas.

«(...) o tempo passou a ser mais de acção do que de planeamentos bem estudados e bem fundamentados. A realidade de cada momento passou a sobrepor-se à justeza de decisões muito estudadas e longamente planeadas... o projecto de ter na Metrópole efectivos preparados para serem transportados para África, apenas e quando fosse necessário utilizá-los, teve que ser de imediato concretizado (...) o estudo não se tinha ainda concretizado na criação do Regimento de Caçadores Paraquedistas. Mas providencialmente e como que parecendo adivinhar o que viria a acontecer em Angola, o Subsecretário de Estado da Aeronáutica havia informalmente antecipado a formação de mais pessoal (...) E a capacidade de previsão do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica chegara ao ponto de, em tempo oportuno, ter ordenado estudos quanto ao armamento e ao equipamento mais conveniente para equipar as Tropas Paraquedistas e feito encomendas das quantidades necessárias, a tempo das primeiras entregas terem sido feitas quando do embarque das primeiras forças paraquedistas para Angola (...) As previsões (de Kaúlza de Arriaga) quanto à necessidade de Tropas Paraquedistas (pré-posicionadas) em Angola e Moçambique tinham-se infelizmente concretizado em curto espaço de tempo. E em consequência do desencadear do terrorismo em Angola, viriam a ser criados, em 8 de Maio de 1961 um batalhão de paraquedistas em Angola e outro em Moçambique. Completava-se assim, com o Regimento de Caçadores Paraquedistas, já criado em 5 de Maio de 1961, o projecto inicial do Secretário de Estado da Aeronáutica para as Tropas Paraquedistas - na Metrópole, um Regimento, com um batalhão de instrução e um batalhão operacional, outro Batalhão operacional em Angola, e um outro em Moçambique. Exactamente como ele propunha na sua carta para o Ministro da Defesa Nacional, em Agosto de 1959 (...)»⁹.

Martins Videira, após deixar a unidade que comandou desde a sua fundação, foi louvado

pelo Secretário de Estado da Aeronáutica, por Portaria de 21 de Agosto de 1962:

«(...) o coronel paraquedista Armindo Martins Videira, foi, por força das suas funções e das suas qualidades, o obreiro mais responsável do nível militar e técnico adquirido pelas tropas paraquedistas. O prestígio que estas tropas hoje disfrutam, no que respeita a disciplina, aprumo e eficiência, e a acção valorosa em combate, que tem contribuído para a vitória militar portuguesa em Angola, devem-se em grande parte à acção de comando inicialmente exercida pelo então major Martins Videira, como comandante do Batalhão de Caçadores Paraquedistas.

Militar disciplinado e disciplinador, inteligente, sabedor e de uma dedicação sem limites à causa das tropas paraquedistas, muito contribui, com o seu esforço e valor, para a função do espírito de servir para além do dever, que é apanágio daquelas tropas, justamente consideradas de elite. Das suas qualidades muito tem ainda a Força Aérea e as Tropas Paraquedistas a esperar. Por tais qualidades e actuação os seus serviços devem ser considerados relevantes e extraordinários (...)».

O esforço de guerra dos paraquedistas levou ao aumento de efectivos e dispositivo, com a criação de batalhões de caçadores paraquedistas no Ultramar, tendo Videira, como vimos, acompanhado esse tortuoso processo. Por força da carreira, deixou o comando do RCP e foi colocado na Direcção do Serviço de Recrutamento e Inspecção da Força Aérea (DSRI), em Lisboa, órgão do qual dependia o RCP. Em Julho/Agosto de 1962, gorou-se a criação de um lugar de brigadeiro paraquedista que lhe estava destinado, e até finais de 1963 Videira trabalhou não só na DSRI mas também na Secretaria de Estado da Aeronáutica e no Secretariado-Geral da Defesa Nacional.

Em Novembro de 1963, começos de 1964, inicia-se uma nova fase da carreira do Coronel Videira. Regressa à sua Arma de origem no Exército, a Infantaria. Foi colocado no Regimento de Infantaria n.º 1, a comandar o Agrupamento n.º 13, que seguirá para Angola. Esta unidade actua de Janeiro de 1964 a Maio de 1965, em São Salvador do Congo (actual M'banza-Kongo), no Sector F da Zona de Intervenção Norte, na fronteira com a República Democrática do Congo. Para dar uma ideia, a linha de fronteira neste sector tinha cerca de 350 quilómetros, uma distância semelhante à de Lisboa a Braga. Tratava-se de uma força muito considerável com três batalhões, dois de caçadores e um de artilharia, além várias unidades de reforço, nomeadamente uma bateria de artilharia, uma companhia de cavalaria, uma companhia de caçadores indígenas, uma companhia de sapadores, um pelotão de caçadores indígenas e um pelotão de polícia militar. Segue depois, em Maio de 1965, para a Zona de Intervenção Leste, que vai comandar a partir de Vila Henrique de Carvalho (actual Saurimo), até ao fim da comissão em Fevereiro de 1966. A área de operações, ainda maior que a anterior, estendia-se desde a fronteira norte e nordeste de Angola, a praticamente toda a fronteira Leste, - num total superior de 1500 quilómetros - tinha a principal localidade a Sul, Vila Luso (actual Luena). Videira tem também aqui uma força considerável, 4 batalhões de caçadores e várias unidades de reforço, nomeadamente companhias de cavalaria.



Figura 10 - No Norte de Angola, Coronel de Infantaria, de visita a uma das unidades sob o seu comando no Agrupamento 13.

Foto Arquivo Miguel Silva Machado & António Sucena do Carmo

Terminada esta Comissão de dois anos em zonas de combate, foi louvado pelo General Comandante da Região Militar de Angola.

«(.) ..porque no desempenho das funções de comandante do Sector F da Zona de Intervenção Norte da Região Militar de Angola, onde se encontra há mais de 15 meses tem demonstrado através da sua actuação no comando e condução das operações no seu sector possuir qualidades de trabalho, inteligência, abnegação, dinamismo e determinação dignas de realce. Desenvolvendo nas tropas sob o seu comando grande entusiasmo e tendo em vista a intercepção dos movimentos do inimigo, o Coronel Videira, tem concebido e orientado a actividade operacional de acordo com a modalidade mais adequada às características da sua zona de acção. Por tudo considero que os serviços prestados ao Exército e ao País devem ser considerados extraordinários, relevantes e distintos. (OS RI 1 n.º 159 de 1965)

E depois também louvado pelo Ministro do Exército, por Portaria de 28 de Junho de 1966.

«(...) porque, durante cerca de 22 meses em que prestou serviço na Região Militar de Angola, sempre desempenhou todas as importantes missões que lhe foram confiadas com elevada competência, zelo, lealdade e muita dedicação.

Comandando durante quinze meses um sector operacional de reconhecida importância para a presente campanha, impulsionou e orientou de maneira esclarecida e eficiente a actividade operacional das unidades subordinadas, imprimindo-lhes cunho acentuadamente ofensivo, do que resultou o desmembramento de numerosos bandos

inimigos que circulavam ou se acoitavam na sua região.

A sua acção firme e dinâmica, paralelamente ao incremento da recuperação das populações deslocadas e à resolução dos inúmeros problemas dela derivados, criou simultaneamente, através de múltiplos contactos com as autoridades locais e populações um benéfico clima de entendimento e confiança.

Tendo sido posteriormente investido no comando da Zona de Intervenção Leste, aqui continuou a sua excepcional acção de comando, agora moldada às características particulares da referida Zona e obtendo, através dessa acção, óptimos resultados, demonstrando, mais uma vez, perfeita integração no espírito do cumprimento da missão.

Considero assim que o Coronel Martins Videira tem prestigiado de forma notável as instituições militares e os serviços por ele prestado ao País na Região Militar de Angola devem, com toda a justiça, ser considerados altos, relevantes, extraordinários e distintos (...).» (OE N.º 15, 2.ª série, página 1582, 1966)

Pelos documentos de matrícula de Martins Videira (e pelos registos fotográficos que deixou), nestes anos, constata-se que efectuava muitas deslocações às unidades subordinadas, mantendo-se assim como era seu timbre, em contacto com “a tropa”, com a realidade no terreno. Foi e continuava a ser aqui um homem do terreno, exigente, mas atento aos problemas, sempre junto dos militares que comandava e conseguia resultados.

Durante todos estes anos, desde 1955, incluindo estes dois últimos em que regressou à Infantaria, Videira manteve sempre a qualificação paraquedista, isto é, realizava os chamados “saltos mínimos” anuais que a lei determinava para que se mantivesse paraquedista. Em Angola, no Comando do Agrupamento n.º 13, Martins Videira deslocava-se ao BCP21 para cumprir o seu treino aeroterrestre. Não tivemos acesso à sua Caderneta de Saltos, mas, por exemplo, em 1964, estão registados nos seus documentos de matrícula, um salto de abertura manual e cinco de abertura automática e em 1965, seis de abertura automática e dois de abertura manual.

Em Março de 1966, regressa à Força Aérea e ao quadro de oficiais Paraquedistas, sendo nomeado para nova Comissão em Moçambique. Vai prestar serviço no Comando Chefe das Forças Armadas na Província e no Comando da 3.ª Região Aérea, até Julho de 1967, data em que adoeceu e, para convalescer, regressa a Lisboa ficando colocado na Inspeção Geral da Força Aérea, sendo novamente dado apto para o serviço paraquedista – podia, portanto, voltar a saltar em paraquedas – em Janeiro de 1968.

Cumpriu de seguida mais duas Comissões de Serviço em Moçambique: a comandar o Comando Operacional das Forças de Intervenção em Cabo Delgado (Março de 1970 – Maio de 1972), e depois foi Comandante da Zona de Operações de Tete e em acumulação, Governador do Distrito de Tete (Maio de 1972 – Outubro de 1973), sempre como coronel.

O primeiro foi um período de intensa actividade operacional no qual o destaque vai naturalmente para a Operação “Nó Górdio”. Aquela que terá sido a maior operação realizada durante toda a Guerra do Ultramar, foi na realidade por ele comandada. Apesar

das vozes dissonantes quando aos seus resultados estratégicos (e até políticos!), foi um sucesso tático.

«(...) devo dizer-vos que tive a felicidade de muitas vezes, nestas missões (no COFI), dispor de companhias de paraquedistas às minhas ordens, continuando a ser as que mais rigorosamente cumpriam as missões atribuídas. Também por isso eram quase sempre empenhadas em missões com maior grau de dificuldade. A operação “Nó Górdio” - DEZ 1969 a AGO 1970 - assumiu proporções extraordinárias, tanto no aspecto de planeamento e da elaboração de documentos como na organização, instrução e equipamento das unidades. A complexidade de meios empregues - Força Aérea, Artilharia, Engenharia, Sapadores, Comandos, Fuzileiros, Paraquedistas, Grupos Especiais e outros - obrigou a uma meticulosa coordenação. Não vou falar dos resultados em si porque a comunicação social (umas vezes com conhecimento outras demonstrando uma total ignorância) já se debruçou sobre este tema. No entanto, é de admitir, que o maior erro foi o de não manter a pressão sobre o inimigo, depois deste ter sido completamente desbaratado, abandonando a iniciativa naquela zona (...)»[10](#).

Sobre a manutenção da pressão sobre o inimigo, Martins Videira, nesta mesma entrevista refere que foi isso que propôs, mas sentiu por parte de muita gente que “julgaram a guerra ganha” e não quiseram manter o esforço. Seja como for, foi uma enorme e bem conduzida operação, tendo aliás sido deixada para a posteridade muita documentação oficial que atesta o planeamento, a execução e os resultados obtidos.

A “Nó Górdio” ficou sempre envolta em muitas considerações de natureza política, Kaúlza de Arriaga era um general de relevo e muitos atribuíam-lhe ambições políticas. Fica-nos a sensação que muito do que foi escrito sobre a operação destinou-se sempre mais a atacar, diminuir Kaúlza, do que a olhar tecnicamente para o sucedido. Se nos cingirmos à parte militar, a avaliação é outra.



Figura 11 - Comandante do Comando Operacional das Forças de Intervenção, em Mueda, durante a Operação “Nó Górdio”.

Foto Arquivo Miguel Silva Machado & António Sucena do Carmo

«A Operação Nó Górdio decorreu conforme fora planeado e atingiu os objectivos que lhe haviam sido fixados

(...)

em síntese o Inimigo foi:

- Desarticulado, em consequência da destruição das suas organizações e depósitos e da captura de muito material;
- Aterrorizado, pelo potencial e espírito ofensivo revelado pelas Nossas Tropas em que, bem pode supor-se, não acreditava;
- Desmoralizado, por carências de toda a ordem, pela necessidade de fugir constantemente a um adversário que o perseguia;
- Desprestigiado perante as populações, forçosamente duvidosas das suas garantias de protecção;

(...)

Executada por cerca de 8.000 homens, do Exército, da Marinha (Fuzileiros) e da Força Aérea (Paraquedistas e pessoal de voo)... abrangeu 25 sub-unidades tipo Companhia, 16 bocas de fogo de Artilharia 8,8, a reunião de 4.800 toneladas de abastecimentos em Mueda e Nangade (...) e a concentração de 70 viaturas Berliet e Unimog (...) A Força Aérea participou com diversos meios aéreos que incluíram aviões tipo T-6, DO 27, Fiat G.91, DC 3 e hélis Alouette (...)

III

(...)

Foram destruídas as organizações inimigas no planalto central, capturadas centenas de toneladas de material, causados 74 mortos, 100 capturados, destruídas 4 bases inimigas, 2 distritos, 4 localidades, 1 acampamento, 5 destacamentos, 6 círculos, 1 cooperativa, 3 hospitais, 1 localidade, mais 176 acampamentos, 1.387 palhotas, 96 celeiros e apreendidas 126 toneladas de víveres.

A operação Nós Górdio foi uma acção necessária para eliminar as organizações inimigas instaladas naquela zona do planalto central (...)»[11](#).

A capacidade de comando de Martins Videira impunha-se. Já em Angola tinha assumido responsabilidade de comando típicas de oficial general e aqui mais uma vez isso aconteceu. Quer nos efectivos às suas ordens quer na complexidade das missões atribuídas. E isto foi mais uma vez reconhecido em louvor pelo Ministro da Defesa Nacional, em 30 de Junho de 1972, e posterior condecoração com a Medalha Militar portuguesa de maior precedência.

Por proposta do Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique, pela forma invulgar como vem exercendo o comando operacional das forças de intervenção durante a sua comissão de serviço no teatro de operações de Moçambique. Nomeado por escolha pessoal do comandante-chefe para um dos comandos operacionais de maior responsabilidade no teatro de operações, revelou no desempenho das suas funções elevada capacidade de comando, em campanha, e alto sentido do dever, impondo-se às várias forças que comandou pelo exemplo da sua presença em operações, pela serena energia, grande coragem moral, excepcional capacidade de decisão e desprezo pelo perigo, na presença do inimigo, e pela humanidade e optimismo manifestados em todas as situações na operação Nó Górdio, comandando o maior agrupamento de Forças até hoje constituídos no Teatro de Operações de Moçambique e envolvendo Forças dos três ramos das Forças Armadas e das várias armas, foi o comandante à altura das necessidades e da importância da missão, manifestando de forma exuberante nas situações críticas que teve que enfrentar grande coragem moral e excepcional capacidade de decisão. Integrando-se perfeitamente nas directivas recebidas e mercê de um planeamento e de uma constante presença junto das tropas, nos momentos e locais decisivos, e em situações de evidente perigo de vida, dado o valor do inimigo existente na área, imprimiu à operação o ímpeto, a coordenação e o dinamismo necessários à consecução dos efeitos fixados, conseguindo a destruição das poderosas organizações que o inimigo havia conseguido implementar na região, o que se traduziu em centenas de baixas para o inimigo, na captura de várias toneladas de material de guerra e numa evidente desarticulação do inimigo e desequilíbrio das populações por ele controladas, com reflexos importantíssimos não só no campo militar, mas também no campo psicológico e político, internas e externas, na medida em que foram fortemente abaladas as posições ideológicas, políticas e militares da Frelimo, de tudo resultando, pela forma firme e muito valorosa como o Coronel Videira conduziu a operação, grande lustre para as armas portuguesas. Mais tarde, ao desenhar-se uma tentativa inimiga de desenvolvimento na região de Cahora Bassa e sendo chamado a actuar, durante apreciável período de tempo numa vasta região, de comunicações escassas, de clima inóspito e falta de recursos e de infra-estruturas de ocupação, conseguiu, através de uma bem orientada e intensa actividade operacional de pesquisa e perseguição constante do inimigo, impediu que este se consolidasse na área, obrigando-o a manter-se articulado em pequenos núcleos, dispersos e sem capacidade ofensiva, garantindo assim o tempo e as condições necessárias à implantação de uma estrutura militar mais alargada e de carácter permanente. Mais uma vez, através de uma actividade incessante, irmanando-se com as tropas sob o seu comando, sujeitando-se às mesmas privações destas, indiferente a riscos de saúde ou de outra natureza, se tornou credor da admiração de comandos e tropas. Posteriormente, tendo-lhe sido confiado o comando das Forças encarregadas da defesa próxima e afastada de Cahora Bassa e seus acessos numa altura particularmente crítica e em que, em consequência do clima psicológico gerado nas empresas e trabalhadores, eram de recear efeitos que poderiam comprometer gravemente a execução de tão importante empreendimento, rapidamente conseguiu através de uma intensiva e bem executada actividade operacional e psicológica, restaurar um clima de segurança e de confiança, impedir quaisquer ameaças inimigas significativas, obter a melhor conjugação de esforços das empresas, conquistar a confiança de grande parte das populações e alcançar uma posição de invulgar prestígio entre os quadros superiores e

dirigentes ligados à execução da obra, que permitiu que todos os trabalhos, incluindo os de construção de acessos, na fase sempre difícil do seu arranjo, decorressem normalmente e de acordo com os programas estabelecidos, com evidentes vantagens para a economia nacional e prestígio das Forças Armadas. O coronel Martins Videira, pelo conjunto de qualidades militares e morais que o exornam com especial relevo para a sua invulgar capacidade de chefia em campanha, impecável lealdade e total devotamento ao cumprimento das missões recebidas, foi o comandante em que o Comandante-Chefe pode sempre depositar inteira confiança nos momentos críticos e com a sua acção contribuiu de forma invulgar para o lustre das Forças Armadas no teatro de operações de Moçambique, servindo com rara abnegação à Pátria numa insofismável demonstração de alta e heróica compreensão da grandeza da disciplina e do valor militar. (OA n.º 18 - 2.ª série de 30JUN1972. Condecorado com a medalha de prata de valor militar com palma. (OA n.º 18 - 2.ª série de 30JUN 1972)

Não é assim de estranhar que o Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique o tenha proposto para novo cargo e de mais elevada responsabilidade, o de Comandante da Zona de Operações de Tete e em acumulação, Governador do Distrito de Tete (Maio de 1972 - Outubro de 1973), sempre como coronel. Agora às funções tipicamente militares e num distrito onde em pano de fundo emergia aos olhos do Mundo a construção (e protecção!) da barragem de Cabora-Bassa, juntavam-se as funções de carácter político e administrativo, governador do distrito.

De assinalar que o Distrito de Tete tinha uma área superior à de Portugal continental (98 417 km² versus 88.889 km²) e fazia fronteira com três países, um era inimigo e santuário da guerrilha da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), a Zâmbia, outro podemos considerar entre o neutral ou amigo, o Malawi, e a República da Rodésia, um aliado que havíamos apoiado política e militarmente e que também igualmente nos apoiava, mesmo que aqui e ali houvesse algumas diferenças de opinião na conduta da guerra.

Em 4 de Julho de 1972, em Lourenço Marques, no Governo Geral do Estado de Moçambique¹², Martins Videira é empossado em Governador do Distrito de Tete (e comandante militar em acumulação) pelo Governador-Geral de Moçambique, Eng.º Pimentel dos Santos. Na ocasião o Governador Geral destacou «(...) foi necessário encontrar alguém que pelas qualidades comprovadas em longa e válida carreira, desse garantias de estar à altura daquilo que se lhe ia exigir. Com efeito, a situação peculiar do distrito de Tete, com a concentração de poderes civis e militares no Comandante da Zona de Operações que é simultaneamente o seu Governador, não se compadecia com experiências ou aventuras. Nem o Senhor General Comandante Chefe, nem eu próprio tivemos dúvidas quanto à escolha a fazer (...) e como resposta aos que ainda duvidam, vamos concretizar em actos a transformação irresistível do Distrito. Não será apenas Cabora-Bassa, nem as novas aldeias, escolas e formações sanitárias que por toda a parte surgem, nem as vias de comunicação em pleno desenvolvimento ou as indústrias e explorações agrícolas que nascem ou se ampliam (...) Aqui lhe ofereço, Senhor Governador, o apoio total do Governo da Província (...) de forma a que a inauguração de Cabora-Bassa coincida com o renascimento da histórica cidade do Zambeze (...)».

Martins Videira também usou da palavra e salienta-se das suas palavras «(...) a minha vida tem sido sempre dedicada às coisas militares(...) não foi sem sérias apreensões que me encontrei na iminência de vir a assumir tão grandes responsabilidades como são as de Governador de Tete. Muito por essas terras andei, alguma coisa de lá conheço. Não seria para mim surpresa o ingente esforço, a tenacidade, energia e coragem que me seriam necessárias para enfrentar quantas dificuldades haverão de surgir, nem para ajudar a por de pé o programa de trabalhos que V.Ex^a já definiu: a promoção do desenvolvimento económico e do bem estar social, o progresso moral e cultural das populações, a intensificação da luta contra a doença, a educação, a justiça social, a valorização do desenvolvimento regional, o reforço da segurança e defesa das populações, a coordenação de todos os projectos e realizações, de todos os esforços e vontades, enfim toda uma política de engrandecimento (...)». Percebe-se bem a dimensão dos objectivos e a sua natureza, muito mais do que militar. Continuou Videira, sem ilusões ou subterfúgios «(...) Mas nós estamos perante um desafio, porventura o maior da nossa História: as perspectivas do desenvolvimento de Moçambique impõem-se-nos a todo o momento, o progresso aproxima-se a uma velocidade avassaladora, os inimigos não desarmam. A luta já é, e vai continuar a ser dura, em todas as frentes, não é coisa nova para mim, como não é de resto para ninguém, de tantos quantos por aqui trabalham e vivem. Não estamos em tempos de abdicações. Aceitei, Serenamente, sem esperar outras honras ou benesses que não seja a satisfação de cumprir um dever (...)».

O governador tinha de lidar com uma miríade de entidades/organismos oficiais da administração, que funcionavam naquela área, sobretudo na cidade de Tete, mas também instalados pelo distrito¹³. A estes acrescentavam-se as organizações da sociedade civil umas de carácter provincial ali com delegações, outras locais e as entidades religiosas de várias origens, predominantemente católicas, mas várias outras e mesmo estrangeiras ali instaladas. A tudo isto acrescentavam-se as relações internacionais, havia um contacto muito directo e regular com entidades militares do mais alto nível na Rodésia, menos com a África do Sul. Também representantes de países ocidentais com diplomatas em Moçambique, especialmente por causa de Cabora-Bassa (e naturalmente das operações em curso), ali se deslocavam, eram recebidos, e acompanhados pelo governador de distrito e comandante militar¹⁴.

Uma outra vertente do seu trabalho, a qual aliás é capaz hoje de causar alguma admiração, eram os contactos com a imprensa, nacional e internacional – sobretudo rodesiana e sul-africana – muito interessadas na evolução da situação na região. Vários jornalistas destes países acompanhavam regularmente os trabalhos em Cabora-Bassa, nem sempre tão “favoráveis” como se possa imaginar. A acção militar portuguesa na segurança, os trabalhos de construção de aldeamentos e a melhoria das condições de vida e assistência às populações, eram por regra os seus interesses. Sobre as operações de contra-guerrilha éramos muito reservados, apenas alguns jornalistas seleccionados a elas tiveram acesso.

Todos estes contactos de carácter quer político quer militar, com entidades nacionais e estrangeiras, uns regulares outros pontuais, eram parte do trabalho do governador que se adivinham complexas, muitas vezes gratificantes outras... nem tanto. Na

documentação analisada transparece uma grande maioria de cartas e notas pessoais de Videira (em muitas cartas deixou escrita pela sua mão um comentário pessoal) que podemos considerar positivas, elogiosas, as tais gratificantes, mas aqui e ali há notas de desgosto com pessoas/entidades que dificultavam o trabalho¹⁵.

Passados menos de 6 meses da tomada de posse, no dia da cidade de Tete - 29 de Novembro de 1972 - Martins Videira dirige-se à população, em linguagem simples, directa, através dos microfones do Radio Clube de Moçambique, no seu Emissor Regional de Tete (inaugurado um mês antes), e volta a mostrar o seu empenho e determinação no cumprimento da missão: «(...) lembrar quanto a todos acompanho nos seus trabalhos e lutas, nos seus anseios e dores, também nas suas alegrias e sucessos. É certo que de momento temos dificuldades - mas já não é a primeira vez nem será certamente a última. Há-as em qualquer empreendimento do mais simples ao mais complexo por isso não devemos espantar-nos, e muito menos esmorecer, nada se faz que não custe trabalho, esforço e muitas vezes sacrifícios (...) Esta mensagem é de esperança e de fé. Da fé que eu tenho, que todos devemos ter, que não deixaremos de honrar tais antepassados (Videira tinha antes recordado os combates e vitórias de 1888, quando tudo parecia incerto senão perdido) e vencer, continuar a vencer, as dificuldades da hora presente. Melhores dias virão, de novo haverá paz e nós também, aos nossos filhos e netos vamos deixar uma mais bela e maior, mais rica cidade, nossa obra e nosso orgulho (...)».

A avaliar pela imprensa da época, mesmo sabendo que estava limitada naquilo que podia escrever, mas naturalmente podia mostrar o que se ia fazendo em termos de acção governativa, é visível o esforço das autoridades portuguesas na melhoria das condições de vida das populações, condição imprescindível para tentar combater a influência da FRELIMO e do COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique). A subversão nunca afectou a construção na barragem, foi defendida com sucesso, mas a guerra não parava, as forças portuguesas resistiam, é certo, mas a guerrilha continuava activa.

Neste período, em 1973, Videira frequenta um estágio relativo a operações anti-subversivas na Rodésia, país com o qual Portugal tinha excelentes relações e do qual recebia algum apoio militar nas operações de contra-guerrilha. Da documentação pessoal de Martins Videira em espólio familiar percebe-se a estreita ligação de trabalho e mesmo de amizade com chefes militares desse país, com visitas mútuas.



Figura 12 - Em Magoé, 1972/73, visita ao Destacamento de Fuzileiros Especiais, Martins Videira, 2.º da esquerda, com uniforme n.º 2 da Força Aérea e boina verde.

Foto Arquivo Miguel Silva Machado & António Sucena do Carmo

É por esta altura, facto curioso, que Martins Videira volta a usar com regularidade uma capacidade adquirida em 1950! A de piloto de aviões de turismo. Na realidade o governador de Tete tinha atribuído um Cessna182 Skylane, o “CR-ANO”, Martins Videira pilotava-o com frequência nas suas deslocações pelo distrito. Aterrava muitas vezes em pistas algreas pelo “mato” para estabelecer contacto com militares e populações. Em 1990, quando o entrevistamos na sua residência em Cascais, recordava com alguma emoção e muita saudade estes voos em África e depois o contacto directo com as populações pelas quais claramente nutria respeito e simpatia.

Em breve, iria ter lugar uma operação, de escalão companhia¹⁶ - a operação “Marosca” - na qual Martins Videira não teve a mínima intervenção, mas acabou por ter, ao “retardador”, uma tremenda influência na sua carreira e mesmo a nível pessoal, íntimo. Pelos factos em si, contrários a tudo o que defendia dever ser a actuação das nossas tropas e pela tremenda injustiça que lhe foi feita, sabendo-se a sua maneira de ser e absoluta dedicação à vida militar, o seu inquestionável patriotismo¹⁷. O assunto tem sido objecto de muitos artigos e livros, quase e sempre com uma forte componente política e pouca investigação isenta. Neste trabalho não interessa desenvolver apenas dar um breve enquadramento. A referida força de escalão companhia, realizou um ataque no qual referiu ter morto um determinado número de guerrilheiros (20), tendo-se depois investigado, por duas vezes e da segunda¹⁸, apurado que na realidade tinham sido 63 pessoas abatidas, desconhecendo-se se havia guerrilheiros entre os mortos. O assunto foi muito mais tarde revelado na imprensa internacional - jornal “Times” de Londres, em 10

de Julho de 1973 - por um padre inglês (Adrian Hastings), dias antes de Marcelo Caetano, Presidente do Conselho de Ministros, iniciar uma visita oficial ao Reino Unido. O assunto teve impacto mundial.

Do que temos lido, parece-nos ser trabalho rigoroso e fundamentado em factos apurados no terreno sem nada esconder, o referido em livro na “Resenha Histórico Militar das Campanhas de África”¹⁹ e o artigo de João Brandão Ferreira “Wiriyamu: as mentiras e os equívocos”²⁰, que investigou o assunto com profundidade. É deste artigo que transcrevemos:

«(...) Em Agosto de 1973 o Engenheiro Jorge Jardim, personalidade muito influente em Moçambique (...) pediu ao Governador-Geral, Engenheiro Pimentel dos Santos, para fazer uma investigação directa para completo esclarecimento dos factos e foi autorizado (...) o Eng. Jardim veio a Lisboa onde se reuniu com o Chefe do Governo que estava acompanhado pelos Ministros da Defesa; do Ultramar; dos Negócios Estrangeiros e pelo Governador-Geral de Moçambique. Após muita discussão, foi decidido fazer um comunicado público, sobre as novas descobertas; destituir o governador de Tete e Comandante da ZOT, Coronel Videira, por “negligência investigadora” - o que configurou uma enorme injustiça - e abrir um novo inquérito (...). Em síntese, escreve Brandão Ferreira:

«(...) Nada do que se passou constituía prática comum, ou oficial, em directivas superiores, tão pouco se coadunava com os princípios da acção psicológica em vigor que se podem sumarizar na frase, que era doutrina, “convencer inteligências e conquistar corações”.

E se no superior julgamento dos oficiais que presidiram aos diferentes inquéritos não foi considerado necessário - devido ao “stress” operacional envolvido - punir ninguém, já se percebe menos que quem omitiu no relatório da Operação Marosca, eventos relevantes do que se passou, não tenha sido punido, por mentir.

O único militar que acabou punido foi o Governador de Tete e Comandante da ZOT, Coronel Pára-quedista Videira, oficial de grande competência militar e estofo moral, que não tinha qualquer responsabilidade no ocorrido, mas acabou a servir de bode expiatório. Foi uma injustiça praticada pelo Professor Marcello Caetano que, na altura, já se encontrava muito perturbado pelos problemas da governação, e provavelmente nunca recuperou dos estragos que a notícia do “The Times” lhe tinha causado na sua visita a Londres (...).

De assinalar que na realidade a “punição” de Martins Videira foi, por ordens verbais do Presidente do Conselho de Ministros, ter sido determinado a conclusão da sua Comissão de Serviço em Moçambique²¹ e a sua substituição nos cargos que desempenhava. Nunca lhe foi levantado qualquer processo, nunca foi ouvido sobre o assunto e nada consta nos seus documentos de matrícula sobre o assunto. A “negligência investigadora” que lhe foi apontada era uma falácia, tinham sido feitos dois inquéritos, o último, ordenado pelo seu superior hierárquico, o Comandante-Chefe, com resultados conhecidos em maio de

1973²².

Martins Videira regressa à Metrópole e na despedida de Tete endereçou, através do jornal “Notícias da Beira”, uma mensagem onde refere «(...) Agradeço a toda a população o carinho com que sempre me rodeou. Nesta hora de despedida, quero saudar todos os habitantes, sem quaisquer discriminações (...)». Já no aeroporto foram numerosas as entidades presentes na hora da despedida. É uma listagem com 58 entidades de todas as áreas, ligadas ao Estado, à Igreja, ao meio empresarial e à sociedade civil em geral. Depois, já em Lourenço Marques recebe as maiores atenções do Governador-Geral que o convida para um banquete de despedida no palácio da Ponta Vermelha (a residência do governador). Dias mais tarde, na tomada de posse do substituto, o Intendente Gomes do Amaral, na sua alocução, quando faz uma pequena retrospectiva da sua própria carreira, refere «(...) depois, eis-me em Tete, para desempenhar um cargo, talvez o mais difícil da minha carreira, onde tive o privilégio de ter como governador de Distrito o Sr. Coronel Armindo Martins Videira. Daqui lhe presto a minha homenagem de admiração e muito apreço pela sua acção dinamizadora e preocupação de estar ao serviço de todos, pela sua integridade de carácter sedimentada numa vivência plena de actividade. Saúdo o homem cioso do sentido de responsabilidade que soube ser e soube estar. Exprimo ainda finalmente, o meu sentir de reconhecimento pela confiança que sempre me deferiu, oferecendo-me oportunidade de mais me realizar (...)».

Interessante ainda ver na sua correspondência particular as cartas recebidas de várias entidades da sociedade civil em Moçambique, umas ligadas aos antigos paraquedistas, outras a associações de naturais de Trás-os-Montes, ou ainda ligadas aos desportos aeronáuticos ou até a uma cooperativa de leitores de que era sócio, para perceber que Martins Videira estava bem inserido no mundo “não militar” local. Não deixa de ser curioso e clara demonstração que apesar das injustiças, quando deixou Tete, pessoas houve que sempre mantiveram consideração e admiração pelo seu trabalho, o facto de, por exemplo, ainda em 1973, Videira receber na sua residência em Cascais - “Vivenda Trás-os-Montes” - correspondência vinda de Moçambique e do estrangeiro, de amigos que lhe davam conta de desenvolvimentos da situação no terreno ou apenas para manter o contacto.

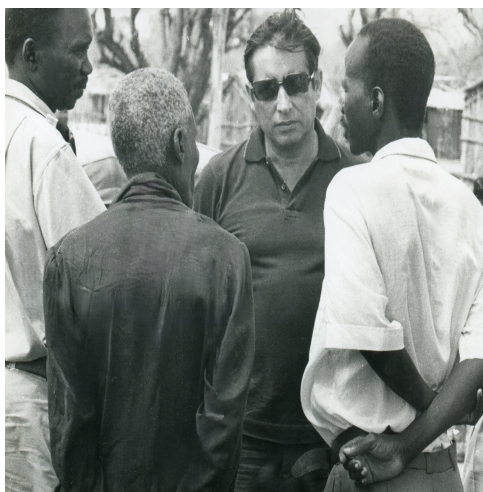


Figura 13 - Contactos com populares em 1973, Martins Videira ficou claramente ligado àquelas terras e gentes que tão bem conheceu.

Foto Arquivo Miguel Silva Machado & António Sucena do Carmo

Martins Videira, como qualquer militar de patente elevada ou em cargos de relevo, era também muitas vezes confrontado com pedidos, as chamadas “cunhas” que todos tão bem conhecemos. Fica-nos, também aqui, a imagem de um militar directo, frontal, preocupado com a missão, sem grande paciência para “favores”. As suas respostas podiam ser... desarmantes. Num pedido escrito recebido de alguém das suas relações que tinha um familiar médico em Moçambique no serviço militar obrigatório e que pedia a “possibilidade” de se evitar uma colocação em Mueda, alegando motivos familiares e outros, Videira responde pela negativa e adianta lapidarmente, «(...) os que não querem combater no mato, acabam por ter que combater à porta de casa».

Anos mais tarde, já Martins Videira era Brigadeiro na situação de Reserva e num extenso dossier sobre Cabora-Bassa - “Portugal África”, Expresso, 06FEV1988 - o seu prematuro afastamento do cargo de governador volta a ser referido «(...) como se reconhece hoje, a sua responsabilidade nos acontecimentos (no massacre de 1972) deriva exclusivamente de comandar a Zona de Operações de Tete. “Essa lógica de responsabilização deveria ter obrigado a depurações noutros graus da cadeia hierárquica, incluindo naturalmente o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e o Ministro da Defesa”, sublinha uma fonte militar. O assunto ficaria, no entanto, nas meias-tintas: afastamento do governador e comandante da ZOT. Admite-se hoje que o caso Wirimau, um dos muitos massacres cometidos pelas duas partes, foi propositadamente destacado por homens próximos de Jorge Jardim, com a intensão de evitar que Videira pudesse vir a ter ambições de assumir o comando das Forças Armadas em Moçambique. Jorge Jardim preparava então a independência do país. Ainda com documentação do ex-gabinete de informação do governo-geral a que tivemos acesso, é possível provar que a publicidade à volta de Wirimau, foi efectuada com conhecimento prévio de sectores o governo deposite».

Em Novembro de 1990, em entrevista ao autor, Martins Videira, olhando a duas décadas de distância, recordava:

«Sobre a minha passagem pelo distrito de Tete e do excelente relacionamento que mantive com as populações locais, posso afirmar que os maiores problemas nessa época foram com determinados sectores da igreja. Alguns padres que se instalaram na zona (entre os quais alguns estrangeiros) apoiavam os movimentos belicistas. Hoje, passados 20 anos não devem estar orgulhosos das suas opções. De resto o meu contacto foi sempre cordial e de extrema preocupação no sentido de minorar as dificuldades. Quando me despedi de Tete, foram muitos os adultos negros que se despediram comovidamente! Este acontecimento nunca esquecerei.».

Mantendo-se sempre no quadro de oficiais paraquedistas da Força Aérea, regressa a Lisboa e fica primeiro colocado na Inspeção-Geral da Força Aérea, mas por pouco

tempo. O golpe militar de 25 de Abril de 1974, no qual Videira não se envolve, vem alterar profundamente a vida militar em Portugal e no Ultramar. Continua a servir como sempre o fizera e mesmo nas situações mais complexas. Logo em Julho de 1974, coronel com anos e anos de experiência e comando de unidades, é escolhido para comandar o Depósito-Geral de Adidos da Força Aérea no Lumiar em Lisboa. Em simultâneo atravessa um período que muito lhe deve ter custado, opiniões diferentes e inconciliáveis entre os oficiais paraquedistas, alguns pioneiros como ele, levam-no a pedir o regresso à Arma de origem, a Infantaria.

Em Outubro de 1974, regressa novamente ao quadro de origem, no Exército, tendo na altura o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Carlos Fabião, lavrado o seguinte despacho:

«(...) O Conselho da Arma de Infantaria aceitou a sua reintegração na Arma com plenos direitos. Vai ser nomeado comandante dum dos mais importantes Regimentos de Infantaria.».

Foi colocado primeiro na Direcção da Arma de Infantaria e depois, neste conturbado ano de 1975, “vai apagar fogos”, comandando no período de meses, sucessivamente, o Regimento de Infantaria n.º 5 (Caldas da Rainha), depois, interinamente, a Região Militar de Tomar, o Comando Territorial do Algarve e o Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, tudo em 1975. Naqueles tempos difíceis e incertos, o coronel Martins Videira, calejado por anos e anos de guerra, já com 35 anos de serviço, aceitou os desafios que se lhe colocaram e cumpriu todas as missões atribuídas.

É promovido a Brigadeiro, em 29 de Dezembro de 1975, e nomeado 2.º Comandante da Região Militar do Centro, em Coimbra, até Agosto de 1976, sendo depois colocado no Estado-Maior do Exército como Adjunto do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército. Aqui, num momento em que o Exército se reerguia do pesadelo de 1975, Videira vai ter intervenção em vários assuntos da maior relevância, por exemplo, na coordenação, por delegação do Vice-CEME, das operações a desenvolver para o levantamento da Brigada Mista Independente (1976/77).

O último cargo que desempenhou no ramo terrestre foi o de Director do Serviço de Educação Física do Exército, até Dezembro de 1979, ano em que transitou para a situação de Reserva. Mesmo nesta não deixou de dar a sua colaboração ao Exército, nomeadamente “na coordenação das comissões e grupos de trabalho encarregados de rever ou elaborar regulamentos do Exército”, processo em curso à data deste despacho de 1980 do Vice-CEME, General Joaquim Duarte Silva.



Figura 14 – Martins Videira, Brigadeiro, em 1978.

Arquivo Miguel Silva Machado & António Sucena do Carmo

Em 1981 foi convidado para voltar à Força Aérea, tendo aceite, e prestou serviço no Museu do Ar onde empreendeu uma profunda actualização tecnológica do arquivo. Dez anos depois, transitou para a situação de Reforma, mas manteve-se colaborador do Museu do Ar em Alverca.

Durante a sua carreira Martins Videira, recebeu 14 louvores individuais, sendo 2 conferidos por Ministros, 1 por Secretário de Estado da Aeronáutica, 1 por General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e 3 por General.

Os dois últimos louvores foram recebidos no Museu do Ar. Em 28 de Janeiro de 1988, pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea:

«(...) pela acção que tem vindo a desenvolver na inventariação, catalogação e informatização da documentação existente na Biblioteca do Museu do Ar.

Oficial de temperamento calmo e ponderado, profundo e sério no estudo, investigação e subsequente transmissão de conhecimentos, intelectualmente curioso, organizado e metódico, demonstrou mais uma vez as suas qualidades de oficial distinto que, com grande sobriedade, obtém excelentes resultados em todas as funções de que é incumbido.

O seu espírito de missão e sentido das realidades baseados numa forte determinação, num entusiasmo discreto mas eficiente, numa inteligência equilibrada e sensível às inovações no campo das soluções técnicas, permitiram-lhe levar a cabo a pesquisa e implementação de processos actualizados e eficazes na área da catalogação e informatização da documentação existente no Museu do Ar. Mercê da sua muita dedicação, grande persistência e incontestável capacidade de trabalho, tem contribuído de forma decisiva para a introdução de novas técnicas que em muito virão facilitar a

consulta dos vários elementos respeitantes à documentação existente na Biblioteca do Museu do Ar.

Pela acção e qualidades aqui referidas, é merecedor do presente testemunho de muito apreço em que é tido na Força Aérea. (BRI/PARAQ-RESS 001275-A Armindo Martins Videira)

Em 9 de Setembro de 1991, poucos meses antes de ter sido obrigado a deixar o seu trabalho no Museu por questões de saúde, recebeu o derradeiro louvor, pelo Director do Museu do Ar - General PILAV José da Cunha Cavadas:

«(...) pelas excepcionais qualidades pessoais, militares e profissionais mais uma vez demonstradas ao longo de mais de dez anos em que vem prestando a sua colaboração ao Museu do Ar onde tem vindo a desenvolver acção muito meritória na inventariação, catalogação e informatização da documentação existente na biblioteca deste Museu.

Oficial de vincada personalidade e iniciativa, calmo e ponderado, de espírito organizado, de grande honestidade intelectual, de excelente relacionamento humano e de sólidas convicções demonstrou mais uma vez as suas qualidades de oficial distinto capaz de obter excelentes resultados em todas as funções que tem sido incumbido ao longo da sua carreira militar.

Mercê da sua muita dedicação, grande persistência, rigor e empenhamento que coloca na resolução dos vários problemas que se lhe deparam conseguiu contribuir de forma decisiva para a implementação de novas técnicas que em muito facilitarão a pesquisa e consulta de vários elementos respeitantes á documentação existente na Biblioteca do Museu do Ar.

Pelas razões assinaladas, pelos excelentes serviços prestados ao Museu do Ar e ainda pela lealdade e dedicação que no decorrer da sua longa carreira militar sempre demonstrou a par das suas notáveis qualidades pessoais entre as quais sobressaem a integridade de carácter, simplicidade e firmeza de atitudes, este oficial que ora passa à situação de Reforma é digno do maior apreço e consideração de todos quantos com ele privaram e bem merecedor de ser distinguido, e publicamente louvado, o:

BRIG PARAQ RESS 001275-A Armindo Martins Videira (OS n.º 34, do EMFA, 09SET91)

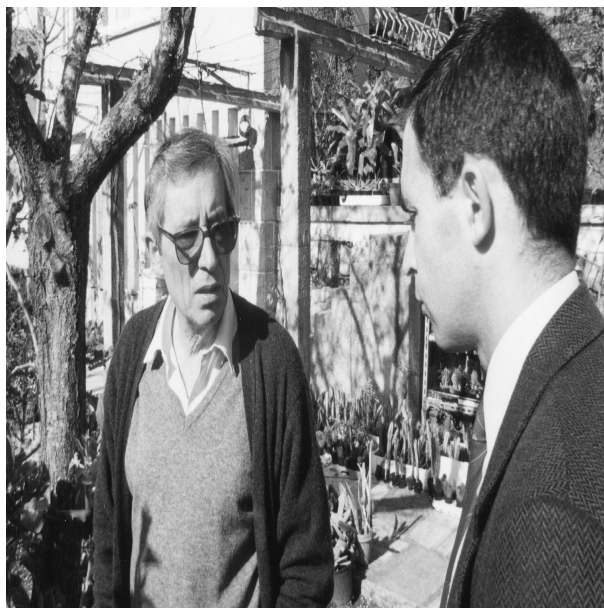


Figura 15 - Martins Videira na sua residência em Cascais - Vivenda Trás-os-Montes - em Novembro de 1990.

Foto Arquivo Miguel Silva Machado & António Sucena do Carmo

Armindo Martins Videira, no período em que já era oficial general e desempenhou vários cargos no Exército, manteve sempre alguma ligação às Tropas Paraquedistas. O mesmo, quando na Reserva e Reforma. A nível institucional, era convidado para cerimónias militares nas unidades paraquedistas, em muitas compareceu. A nível associativo, integrou actividades de uma associação designada “Velha Guarda Paraquedista”, participou em encontros do “Curso de Espanha” e até apadrinhou algumas associações de paraquedistas, por exemplo, uma já desaparecida, a Associação de Antigos Paraquedistas, que em 1979 chegou a ter sede em Lisboa, e também há notícias da sua presença na Associação de Paraquedistas do Sul.

Martins Videira serviu as Forças Armadas Portuguesas no Exército e na Força Aérea, entre 1940 e 1992, mesmo depois de passar à situação de Reforma, até ao momento em que por questões de saúde teve de abandonar “as fileiras”, sendo hospitalizado e falecendo pouco depois com 70 anos de idade. Foram mais de 50 anos ao serviço de Portugal, 24 no Exército, na Arma de Infantaria e como Oficial General e 28 na Força Aérea, na Especialidade de Oficiais Paraquedistas.

Neste ano em que passam 70 anos sobre alguns dos acontecimentos mais relevantes para a formação da primeira unidade paraquedista portuguesa, liderada por Martins Videira, a sua cidade Chaves recordou-o e prestou-lhe homenagem. Por proposta da Associação de Paraquedistas do Alto Tâmega e depois de colocado o assunto a diferentes entidades locais e nacionais, foi delineado um programa que contou com o apoio da União Portuguesa de Paraquedistas que representa a maioria das Associações de Paraquedistas portuguesas, o Exército Português, nomeadamente o seu comando que autorizou actos no

Regimento de Infantaria n.º 19, unidade militar sediada na cidade e o Regimento de Paraquedistas que empenhou a Equipa de Queda-Livre do Exército “Falcões Negros” no evento.

A Força Aérea Portuguesa associou-se ao evento, fazendo-se representar nas cerimónias deste dia e, antecedendo a inauguração do monumento no aeródromo, uma parelha de caças F-16 da Base Aérea n.º 5, sobrevoou o local.

O Município de Chaves acolheu as propostas e concretizou duas relevantes iniciativas na cidade, em 8 de Julho - Dia do Município - a atribuição, a título póstumo, ao Brigadeiro Paraquedista Armindo Martins Videira, da Medalha Municipal de Valor e Altruísmo, Grau Ouro; a inauguração em 19 de Setembro, da Rua Brigadeiro Paraquedista Armindo Martins Videira (5400-203 Chaves).

Neste dia 19 de Setembro, data do seu aniversário de nascimento, foi ainda descerrada no Regimento de Infantaria n.º 19, uma placa alusiva ao seu oferecimento para o curso de paraquedismo em França em 1951 - no fundo quando tudo começou! - e, no Aeródromo Municipal, onde funciona a Associação de Paraquedistas do Alto Tâmega, inaugurado um significativo Memorial/Monumento em sua memória.

Chaves recorda agora para os vindouros Armindo Martins Videira, flaviense que deu um contributo único na criação das Tropas Paraquedistas Portuguesas e para a História Militar de Portugal.

Condecorações

Medalha de Mérito Militar de 2.ª Classe (OA n.º 3 - 2.ª série de 01-04-1961).

Medalha da Aeronáutica da República Francesa (OA n.º 19, 2.ª série de 1961 - despacho SEA 30SET1961).

Medalha de Prata de Serviços Distintos (OA, n.º 37 - 2.ª série de 22SET1962).

Medalha Comemorativa das Campanhas do Norte de Angola com a legenda “Norte de Angola, 1964/65 (OS do Com Agrupamento 13 n.º 11 de 1966).

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma (OE n.º 15, 2.ª série, página 1578, 01AGO1966. Portaria de 28 de Junho de 1966).

Medalha Comemorativa das Expedições das Forças Armadas a Moçambique (OS n.º 13 do EMFA, 03AGO1968).

Medalha Comemorativa das Campanhas das Forças Armadas à Província de Moçambique (OS n.º 34 do COM 3.ª RA, 18MAR1972).

Medalha de Prata de Valor Militar, com Palma, (OA n.º 18 - 2.ª Série de 30JUN1974.

Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar (Despacho do SEA de 02FEV1974, OA n.º 3 - 2.ª Série de 10FEV1974).

Medalha Municipal de Valor e Altruísmo, Grau Ouro, a título póstumo, 08JUL2025, Câmara Municipal de Chaves.

Agradeço o apoio de: António Mimoso e Carvalho, António Sucena do Carmo, Armando Dinis Marques, João Luís Videira, Maria Cristina Videira e Sérgio Gomes da Silva.

Fontes

Espólio familiar de Armindo Martins Videira; Academia Militar; Biblioteca do Exército; Arquivo da Defesa Nacional; Arquivo Geral do Exército; Arquivo Histórico-Militar; Arquivo Histórico da Força Aérea; Arquivo Miguel Silva Machado & António Sucena do Carmo; Arquivo Nacional Torre do Tombo; Arquivo Regimento de Paraquedistas; Escola de Sargentos do Exército; Regimento de Infantaria n.º 19.

Bibliografia consultada

CALHEIROS, José Alberto de Moura, HISTÓRIA DAS TROPAS PÁRA-QUEDISTAS PORTUGUESAS, RCP (1961-1975), 2022.

GRÃO, Luís António Martinho, HISTÓRIA DAS TROPAS PÁRA-QUEDISTAS PORTUGUESAS, BCP (1955-61), 1987.

MACHADO, Miguel Silva e CARMO, António Sucena do, TROPAS PÁRA-QUEDISTAS PORTUGUESAS, 1956-1991, 35.º Aniversário, 1.ª Edição 1991. Edição da revista “Boina Verde”. Corpo de Tropas Pára-quedistas, Lisboa, 1991.

SOARES, Alberto Ribeiro, OS GENERAIS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, III VOLUME, III TOMO, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2016.

¹ Termo usado nos documentos de matrícula. ‘Ordem escrita ou requisição para que alguém dê alojamento a um ou mais militares’, in Ciberdúvidas da Língua Portuguesa,

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/boleto/7975> [consultado em 11-06-2025]

[2](#) Videira e Robalo eram, nessa altura, dois dos 360 capitães de infantaria do Exército Português. Mário Monteiro Robalo, nascido em Aljustrel, a 26 de Fevereiro de 1921, mais velho em idade do que Videira, apenas foi promovido a Alferes de Infantaria em 1 de Novembro de 1944, um ano depois de Videira. Robalo seria depois seu 2.º comandante do BCP, do RCP e sucederia a Videira no comando da unidade. Permaneceram amigos para a vida.

[3](#) Curso de Élèves Moniteurs Parachutistes.

[4](#) Entrevista com o Brigadeiro Armindo Martins Videira, in “Tropas Paraquedistas Portuguesas, 35.º Aniversário” Miguel Silva Machado e António Sucena do Carmo, revista Boina Verde, n.º 158 JUL/SET 1991.

[5](#) Idem, nota 4.

[6](#) O que passou à história como verdade foi Salazar ter dito “para Angola rapidamente e em força”, mas na realidade a frase foi: “andar rapidamente e em força é o objectivo que vai por à prova a nossa capacidade de decisão, um só dia pode poupar sacrifícios e vidas a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação”, António de Oliveira Salazar, 13ABR1961.

[7](#) Idem, nota 4.

[8](#) Em 24 de Novembro de 1961, estava Videira em Angola a acompanhar as operações, o Subsecretário de Estado da Aeronáutica, havia determinado o seu regresso ao Comando do RCP e «(...) em meados de Janeiro, o mesmo oficial deve ser designado Chefe da 3.ª Repartição da Direcção do Serviço de Recrutamento e Instrução (...) dada a necessidade de existir alguém capaz de inspeccionar não só o RCP como os BCP's 21 e 31 (...) então será designado comandante do RCP o tenente-coronel Mário de Brito Monteiro Robalo.» (Nota n.º 2495 do SEA, de 24NOV1961)

[9](#) Calheiros, José Alberto de Moura, in “História do Regimento de Caçadores Paraquedistas, Tancos 1961-1975”, Tancos, 2002.

[10](#) Idem, nota 4.

[11](#) Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 6.º volume, Aspectos da actividade operacional, Tomo III, Moçambique, Livro II, 1.ª Edição, Estado-Maior do Exército, Lisboa, 2012.

[12](#) A Lei n.º 5/72, de 23 de junho, referia: «As províncias ultramarinas são parte integrante da Nação, com estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração justifiquem essa qualificação honorífica (...) A designação de Estado é mantida para a Índia Portuguesa e atribuída desde já às províncias de Angola e Moçambique».

[13](#) Hoje, a mais de 50 anos de distância, poucos já recordarão o que era a presença do Estado Português naquelas regiões. A lista de “chefes de serviço” encontrada no espólio pessoal de Martins Videira dá uma boa ideia do que eram nesse Portugal africano. Excluindo os Administradores das divisões administrativas na sua dependência (concelhos e outras divisões administrativas menores), note-se a implantação do Estado Português em Tete: Conservador dos Registos; Notário da Comarca; Presidente da Câmara Municipal; Comandante distrital da Polícia de Segurança Pública; Director Distrital de Finanças; Director da Escola Industrial e Comercial; Director da Junta Autónoma das Estradas de Moçambique; Director Distrital das Obras Públicas; Chefe da Repartição Distrital de Veterinária; Chefe da Repartição Distrital de Saúde; Chefe da Repartição Distrital de Agricultura; Chefe da Repartição Distrital de Geologia e Minas; Chefe da Repartição Distrital dos Serviços Geográficos e Cadastrais; Chefe da Delegação Regional dos Serviços de Economia; Chefe da Subdelegação da Direcção Geral de Segurança; Chefe da Subdelegação do Instituto dos Cereais; Chefe da Repartição Distrital Escolar; Inspector Escolar; Capitão dos Portos do Zambeze; Chefe dos Serviços da Administração Civil; Comandante do Centro de Instrução de Guarda Rurais; Inspector Superior do GPZ; Director do GPZ (Gabinete do Plano Zambeze, departamento do Ministério do Ultramar criado para a construção da barragem de Cabo Bassa. Os seus Serviços Regionais de Estudo e Planeamento, baseados em Tete, tinham inclusive uma frota de aviões e helicópteros estacionados em Tete que apoiavam as Forças Armadas).

[14](#) Da muita correspondência trocada com altas entidades militares e civis estrangeiras, aqui ficam exemplos: comandante do Exército Rodesiano, Tenente-general G.P Walls; comandante da 3.ª brigada do Exército Rodesiano, Brigadeiro E.A. Culbert; comandante do Joint Combat Forces das Forças de Defesa da África do Sul; Embaixador Britânico em Lisboa, D.F. Muirhead; Conselheiro da Embaixada Britânica em Lisboa, J.B. Ure; Cônsul-geral dos EUA em Lourenço Marques, Hendrik van Oss; Embaixador da Bélgica em Lisboa, Max Wery; Embaixador da África do Sul em Lisboa, R.J. Montgomery; Cônsul-Geral da Rodésia em Lourenço Marques, J.B. Reavill; o Presidente do Supremo Tribunal da Rodésia, Sir Hugh Beadle.

[15](#) Pela negativa, destacam-se comentários escritos sobre um Administrador de Concelho

que estaria em ligação com o conhecido Engenheiro Jorge Jardim – sobre o qual parece transparecer desconfiança de Videira, até sobre os acontecimentos que adiante abordaremos; sobre o pessoal da Direção-Geral de Segurança no Distrito que Videira considera maus profissionais, mesmo que mantenha uma relação de trabalho normal com o Sub-Inspector de Tete; sobre um oficial general britânico (na Reserva) que a Tete se deslocou a pedido da Embaixada de Portugal no Reino Unido, a quem foram concedidas facilidades e que, depois, escreveu num relatório aspectos falsos sobre a postura de uns militares portugueses. Pela positiva, muitos mais documentos existem, de cartas de agradecimento pelo apoio prestado de entidades religiosas (por exemplo, Missão de S. José de Boroma – Tete; Seminário de São João de Brito, Zóbué, Tete), da Universidade de Lourenço Marques, e de um sem número de entidades civis e militares.

16 A força interveniente estava assim constituída: 4 Grupos de Combate da 6.^a Companhia de Comandos (de recrutamento local), 1 Grupo de Combate da Companhia de Comando e Serviços do Batalhão de Caçadores 17 (de recrutamento local), 1 guia da Direcção-Geral de Segurança (Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 6.^o volume, Aspectos da actividade operacional, Tomo III, Moçambique, Livro II, 1.^a Edição, Estado-Maior do Exército, Lisboa, 2012).

17 Assim foi possível, porque nesses tempos as decisões do poder político não tinham qualquer possibilidade de recurso na justiça.

18 Investigação realizada pelo Coronel Pereira da Silva, Inspector dos Serviços de Justiça da Região Militar de Moçambique. Nos seus documentos pessoais há um apontamento manuscrito por Videira que refere: “As averiguações foram efectuadas pelo Coronel Cavalaria Pereira da Silva. Não sei que concluiu nem sequer como declarante fui ouvido”.

19 Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 6.^o volume, Aspectos da actividade operacional, Tomo III, Moçambique, Livro II, 1.^a Edição, Estado-Maior do Exército, Lisboa, 2012.

20 O artigo foi inicialmente divulgado em 25/09/2022 e depois publicado no jornal online O Observador, em 03/11/2022. <https://observador.pt/opinioao/wiriyamu-as-mentiras-e-os-equivocos/> (acedemos em 28/08/2025)

21 Uma mensagem do Ministro da Defesa Nacional enviada de Lisboa para o Comando Chefe das Forças Armadas de Moçambique referia que, por despacho de 4 de Outubro de 1973 (quase um ano depois da operação!), “sexa ministro defesa nacional autorizou seja dada finda comissão e mandado regressar Metrópole coronel Videira”.

[22](#) Ver nota 16.